



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI
CENTRO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PRINCIPAIS FATORES GERADORES DA INADIMPLÊNCIA NA
POPULAÇÃO DE MATO LEITÃO**

Cristiane Maribel Puhl Konzen

Lajeado, maio de 2018

Cristiane Maribel Puhl Konzen

PRINCIPAIS FATORES GERADORES DA INADIMPLÊNCIA NA POPULAÇÃO DE MATO LEITÃO

Monografia apresentada na Disciplina de Estágio Supervisionado em Contabilidade II, do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Martim de Conto

Lajeado, maio de 2018

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar essa etapa importante da minha vida acadêmica, gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por ter me guiado e protegido todos os dias, por ter me dado saúde e capacidade para concluir o que comecei há nove anos.

Agradeço ao meu marido Maurício, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando em todas as escolhas, nos momentos ruins e nas conquistas. Agradeço por ter construído ao meu lado nossa linda família, que em outubro de 2015 se tornou mais completa com a chegada do nosso Príncipe Vinícius.

Agradeço ao meu filho Vini pela compreensão em todas as vezes que ele quis brincar com a mamãe Cris e ela precisava estudar. Sou grata a Deus todos os dias por ter me dado esse menino carinhoso, esperto e sapeca que, com seus abraços e beijos me inspirou e motivou para concluir essa etapa.

Agradeço aos meus pais Paulo e Maria, sogros Roque e Ieda por tantas vezes terem nos ajudado nessa caminhada, cuidando do Vini. Especialmente a minha mãe, que é mega importante na minha vida, por todas as orações nas provas.

Agradeço aos meus irmãos, cunhados, sobrinhos e afilhados, em especial ao Marcelo e a Rosi pela parceria nas aulas, pelas caronas, por cuidarem do Vini quando tínhamos aula.

Agradeço aos colegas e amigos que fiz nessa trajetória, em especial à minha amigona e comadre Raquel, que esteve junto comigo em quase todas as disciplinas,

desde que decidimos que não seríamos mais Técnicas em Enfermagem e começamos a fazer Administração, e posteriormente, migramos para Contábeis. Aos amigos do The Brothers (Rosi, Marcelo, Daia, Edu, Drica, Demis, Fê e Diego), que sempre estavam dispostos a nos ajudar no que fosse preciso. Sou muito grata a todos meus amigos e colegas de trabalho.

Agradeço a todos os meus Mestres, em especial ao meu Orientador Prof. Dr. Samuel Martim de Conto, que incansavelmente me guiou para conclusão deste trabalho, sempre acreditando no meu potencial, me incentivando e possibilitando tranquilidade para prosseguir, desenvolver e avançar nos meus estudos e pesquisas, e portanto, marcando importante presença neste processo de construção de conhecimentos, muito oportuno e útil à minha vida profissional, proporcionando-me a oportunidade de, dia após dia, através do meu trabalho, ter a possibilidade de construir novas conquistas, realizações e sucesso.

A todos que contribuíram nessa caminhada, meu muito obrigado, de coração!

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar os principais fatores geradores da inadimplência na população de Mato Leitão, avaliando se a falta de planejamento e educação financeira são fatores relevantes para o surgimento deste fato sob análise, pesquisa e estudos. Através das bibliografias consultadas para o referencial teórico, foi verificada a situação atual da inadimplência no país e os principais fatores que contribuem para esse cenário tão presente no momento socioeconômico vivido pelos brasileiros. A pesquisa, de abordagem quantitativa, com etapas exploratórias e descritivas, utilizou o procedimento técnico de levantamento ou Survey, sendo que o instrumento de coleta de dados foi o questionário, estruturado com 16 questões, o qual foi entregue aos entrevistados para posterior devolução. Este foi aplicado a uma amostra não-probabilística, obtendo o retorno de 202 questionários. Verificou-se que 63,86% consideram a falta de planejamento e educação financeira como principal fator gerador da inadimplência. Constatou-se que 64,85% possuem médio conhecimento sobre finanças pessoais e 63,86% já fazem algum tipo de controle das receitas e despesas. A partir dos resultados obtidos, foram sugeridas ações voltadas ao tema proposto.

Palavras-chave: Inadimplência. Falta de planejamento. Educação financeira. Finanças pessoais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Variação anual do crédito – por controle e por tipo de pessoa	26
Gráfico 02 – Carteira de crédito destinado a pessoas físicas – crescimento anual...	27
Gráfico 03 – Inadimplência por tipo de pessoa	28
Gráfico 04 – PIB	29
Gráfico 05 – Desemprego	30
Gráfico 06 – Inflação	30
Gráfico 07 – Total de negativados em milhões de pessoas	32
Gráfico 08 – Inadimplentes na Região Sul	32
Gráfico 09 – Quantidade de dívidas por setor na Região Sul.....	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Questões que serviram de base na elaboração do questionário.....	40
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Idade dos respondentes	45
Tabela 02 – Ocupação dos respondentes.....	45
Tabela 03 – Grau de escolaridade dos respondentes.....	46
Tabela 04 – Tipo de moradia dos respondentes	46
Tabela 05 – Rendimento individual dos respondentes.....	47
Tabela 06 – Principal fator da inadimplência na opinião dos respondentes.....	47
Tabela 07 – Respostas quanto à questão do nome negativado por inadimplência...	48
Tabela 08 – Perfil dos respondentes quanto aos gastos pessoais.....	49
Tabela 09 – Como os respondentes pagam o excedente quando gastam mais do que recebem	49
Tabela 10 – Perfil dos respondentes quanto à observância da taxa de juros em limites/empréstimos	50
Tabela 11 – Hábitos dos respondentes em relação às compras.....	50
Tabela 12 – Contribuição dos respondentes nas despesas domésticas	51
Tabela 13 – Importância da educação financeira para os respondentes	51
Tabela 14 – Nível de conhecimento dos respondentes sobre finanças pessoais	52
Tabela 15 – Controle mensal das receitas e despesas realizado pelos respondentes	52
Tabela 16 – Resultados da questão referente à preparação dos respondentes para a aposentadoria	53

Tabela 17 – Cruzamento da faixa etária com os principais fatores geradores de inadimplência na opinião dos respondentes	53
Tabela 18 – Cruzamento da renda individual com os principais fatores geradores de inadimplência na opinião dos respondentes	54
Tabela 19 – Cruzamento da ocupação com os principais fatores geradores da inadimplência na opinião dos respondentes	55
Tabela 20 – Cruzamento do grau de escolaridade com conhecimento sobre finanças pessoais.....	55
Tabela 21 – Cruzamento da questão sobre a negatização do nome do respondente com os rendimentos.....	56
Tabela 22 – Cruzamento do grau de escolaridade com o controle das receitas e gastos mensais	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Tema.....	11
1.2 Delimitação do tema	11
1.3 Problema	12
1.4 Objetivo geral	12
1.4.1 Objetivos específicos.....	12
1.5 Justificativa.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Educação financeira.....	14
2.1.1 Finanças pessoais	16
2.2 Crédito.....	18
2.2.1 Crédito bancário	19
2.2.2 Crédito no varejo	21
2.3 Consumismo.....	21
2.4 Endividamento.....	23
2.5 Inadimplência	24
2.6 A Macroeconomia	25
2.6.1 Volume de crédito liberado	26
2.6.2 Riscos de inadimplência.....	27
2.6.3 Brasil, do auge econômico à recessão	28
2.6.4 Indicadores econômicos SPC Brasil e CNDL	31
2.6.5 Banco Central do Brasil.....	33
2.6.5.1 Comitê de Política Monetária (COPOM).....	34
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
3.1 Caracterização da pesquisa quanto aos objetivos	36
3.2 Caracterização da pesquisa quanto ao modo de abordagem	38
3.3 Caracterização da pesquisa segundo os procedimentos técnicos	38
3.4 Detalhamento dos procedimentos técnicos	39
3.5 População e amostra	41
3.6 Plano de coleta de dados	41
3.7 Plano de análise dos resultados.....	42

3.8 Limitações do método	43
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	44
4.1 Perfil dos respondentes e questões relacionadas ao problema e objetivos da pesquisa.....	44
4.1.1 Tabelas cruzadas	53
4.2 Sugestões a partir dos resultados.....	57
5 CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICES	65
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos colaboradores	66

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a economia mundial tem o domínio capitalista, sendo impulsionada pela diversidade de negociações e comercializações de produtos e serviços. Neste cenário, o orçamento familiar e/ou as finanças pessoais dos brasileiros estão diretamente relacionados à tomada de crédito. E, é através dele, que muitos edificam seu patrimônio, constroem suas casas, adquirem seus veículos, bens de consumo, estudam. Enfim, possuem sua qualidade de vida associada às condições econômicas e financeiras.

A partir da década de 1990, com a criação do Plano Real, as políticas adotadas pelo governo brasileiro direcionaram para um aumento do poder de compra da população, através da redução da inflação e aumento da concessão de crédito pelas instituições financeiras, contribuindo para um aquecimento da economia. A facilidade de acesso ao crédito, taxas de juros mais atrativas e o grande volume de dinheiro disponível para empréstimos ou financiamentos colaboraram para que boa parte da população recorresse ao crédito para liquidar dívidas ou realizar investimentos.

Segundo Rodrigues (2012), o crédito é a ferramenta pela qual as empresas realizam suas vendas, com a confiança de que os clientes liquidem a dívida assumida. Contudo, ao darem crédito ao cliente para usufruir dos produtos e serviços com pagamento a posteriori, ficam sujeitos ao risco da inadimplência. E, caso esta ocorra, as empresas terão que cobrir a dívida de alguma forma, seja com empréstimos de terceiros ou vendas de Ativos.

A inadimplência surge no momento em que os clientes não conseguem mais honrar as dívidas assumidas. Este fato ocorre devido a fatores econômicos, sociais e culturais, dentre eles destaca-se o alto endividamento da população, o desemprego, a falta de planejamento, fácil acesso ao crédito e a falta de educação financeira.

Segundo dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) (2017), o número de consumidores registrados nos cadastros de proteção ao crédito em janeiro de 2017 é de 58,3 milhões. E, comparando-se ao mesmo período de 2016, este saldo teve um aumento de 700 mil novos nomes que passaram a fazer parte das listas de inadimplência. Em janeiro de 2015, o número de devedores era de 54,6 milhões, sendo que nos dois últimos anos, houve um aumento na inadimplência de 6,77%.

De acordo com matéria publicada pela revista Exame (2017), os quase 60 milhões de inadimplentes representam 39,3% da população brasileira com idade entre 18 e 95 anos, conforme dados do SPC Brasil e CNDL. A faixa etária mais devedora é de consumidores entre 30 e 39 anos de idade, correspondendo a 50,11% do total. E a maior parte dos negativados concentra-se na região Sudeste, com 25,6 milhões de consumidores inadimplentes. Os setores mais atingidos são o setor bancário com 48,87% do total, seguido pelo comércio, comunicação e os segmentos de água e luz.

1.1 Tema

Principais fatores geradores da inadimplência na população de Mato Leitão/RS.

1.2 Delimitação do tema

O tema desta pesquisa é a inadimplência de pessoas físicas em meio ao cenário econômico e financeiro atual, contextualizando sua abrangência no

município de Mato Leitão/RS. Este estudo foi desenvolvido no período de novembro de 2017 a maio de 2018, junto à população do município, com idade entre 15 e 85 anos.

1.3 Problema

A inadimplência da população, originada pelo alto endividamento aliado à falta de educação financeira, é um problema presente na vida de muitas famílias. Este fato prejudica a economia, e conseqüentemente, a qualidade de vida e o desenvolvimento das cidades. E, é nesse quadro, que surge a seguinte questão: Quais são os principais fatores geradores da inadimplência na população de Mato Leitão?

1.4 Objetivo geral

Analisar os principais fatores que geram a inadimplência na população de Mato Leitão/RS.

1.4.1 Objetivos específicos

- a) Identificar os principais fatores geradores de inadimplência;
- b) Verificar, conforme o perfil dos entrevistados, os determinantes da inadimplência;
- c) Identificar se a educação financeira pode ser um fator no auxílio da redução da inadimplência;
- d) Sugerir ações de melhoria a partir dos resultados.

1.5 Justificativa

Este estudo justifica-se pelo fato da inadimplência ser um fator presente na vida de muitas famílias brasileiras, prejudicando sua saúde, qualidade de vida, e enfim, toda uma cadeia subsequente. As empresas não conseguem pagar seus fornecedores e funcionários. E, também, estes, por sua vez, acabam ficando inadimplentes. E, por fim, as instituições financeiras acabam restringindo o crédito em função da dificuldade para recuperação dos créditos inadimplentes.

O estudo busca conhecer, de acordo com o perfil dos munícipes de Mato Leitão/RS, quais são os fatores que mais influenciam na inadimplência, bem como, analisar possíveis alternativas a fim de que as pessoas possam cumprir seus compromissos com planejamento e organização financeira em meio ao presente contexto das condições socioeconômicas e financeiras.

Em relação ao desenvolvimento pessoal, este estudo terá grande relevância pela agregação de conhecimentos específicos sobre o assunto em estudo, possibilitando melhor atuação nas situações de concessão de crédito e cobrança de inadimplentes.

O Sistema Cooperativo Sicredi possui como missão oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus associados e da sociedade, através do desenvolvimento de ações voltadas à educação financeira. Como colaboradora da instituição, por acreditar nessa filosofia e trabalhar dia-a-dia nessa meta de sempre buscar a saúde financeira, objetiva-se evitar a inadimplência e suas consequências para o equilíbrio nas relações socioeconômicas e qualidade de vida dos nossos munícipes. Nesse sentido, este trabalho será desenvolvido com o objetivo de conhecer os fatores causadores da inadimplência, a fim de sugerir ações favoráveis à saúde financeira da população.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir, estão expostas as teorias e estudos realizados para compor o embasamento teórico da pesquisa. Foram expressos os principais conceitos, sendo apresentada a revisão bibliográfica consultada em livros, artigos acadêmicos e demais materiais relacionados ao assunto abordado.

2.1 Educação financeira

Para o Banco Central do Brasil (BCB):

A Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. Com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, a Educação Financeira é um processo que contribui, de modo consistente, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012, texto digital).

Neto et al. (2014) fala da educação financeira citando que um dos maiores erros dos pais é não ensinarem seus filhos a lidarem com o dinheiro. Quanto mais cedo falarem sobre finanças em casa, mais rápido as crianças entenderão que o dinheiro é que faz tudo funcionar e como é importante saber administrá-lo bem.

De acordo com Neto et al. (2014), entre dois e três anos, as crianças já podem receber lições de economia, mostrando moedas e notas para aprenderem a

identificar os valores. Com cinco anos, a criança pode ser levada ao supermercado para ter noções de caro e barato, troco. Ainda conforme o autor é importante que elas participem do orçamento doméstico, incentivando a dar ideias de como reduzir as despesas, orientando para o consumo consciente e ensinando a fazer a sua poupança, oferecendo-lhes um cofrinho para guardar dinheiro para comprar seu presente de aniversário. Essas atitudes podem fazer toda diferença na correção das crianças consumistas.

Ainda conforme Neto et al. (2014) para os adolescentes o importante é mudar a mentalidade dos jovens fazendo com que se envolvam mais com a economia através de revistas, noticiários, jornais. E, concomitantemente, realizando duas atividades vitais para eles: a primeira, gastar menos do que ganham, onde o controle deve ser feito através de um orçamento doméstico; a segunda, se prepararem melhor para os desafios do futuro, guardando dinheiro através de uma poupança.

De acordo com Chaves (2015), a educação financeira:

Reconhecemos que, de maneira tradicional, a Educação Financeira está ainda atrelada ao acúmulo ou gasto planejado dos rendimentos. Este é apresentado como um elemento central, porém, sem discussões no que tange às implicações que a poupança e o investimento podem provocar no modo de vida do indivíduo, das famílias e da sociedade. Partindo da preocupação com as práticas e hábitos dos indivíduos, a Educação Financeira refere-se ao planejamento pela expectativa de um consumo crítico, reflexivo e consciente. É desta maneira a Educação Financeira se conecta ao combate à inadimplência e ao desafio da sustentabilidade (CHAVES, 2015, p. 7).

Segundo Steiger e Braidó (2016), através da educação financeira os indivíduos desenvolvem competências para administrar de forma consciente e eficaz as suas finanças, fazendo escolhas mais concisas em relação ao seu dinheiro, melhorando a qualidade de vida e realizando seus projetos ao longo de sua existência.

De acordo com o Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF (2014), a educação financeira mostra que no presente existem situações que resultaram de decisões tomadas no passado, da mesma forma que no futuro surgirão as consequências das ações que são realizadas no presente. Por isso a educação financeira deve conectar os tempos distintos atribuindo às ações do presente uma responsabilidade para os resultados futuros.

2.1.1 Finanças pessoais

Segundo Santos (2014), em função do consumo excessivo, muitas pessoas contraem dívidas, comprometem grande parte de sua renda e acabam se tornando inadimplentes. Mas, através do planejamento financeiro se torna possível adequar as receitas da família ou do indivíduo às necessidades que são indispensáveis, identificando e eliminando os gastos desnecessários.

Para Gitman (2010), a definição de finanças é “O termo finanças pode ser definido como “a arte e a ciência de administrar o dinheiro”. Praticamente todas as pessoas físicas e jurídicas ganham ou levantam, gastam ou investem dinheiro” (GITMAN, 2010, p. 3).

Cherobim e Espejo (2011) conceituam finanças pessoais:

Finanças pessoais é a ciência que estuda a aplicação de conceitos financeiros nas decisões financeiras de uma pessoa ou família. Em finanças pessoais são considerados os eventos financeiros de cada indivíduo, bem como sua fase de vida para auxiliar no planejamento financeiro. Estudos de opções de financiamento, orçamento doméstico, cálculos de investimentos, gerenciamento de conta corrente, planos de aposentadoria, acompanhamento de patrimônio e acompanhamento de gastos são todos exemplos de tarefas associadas a finanças pessoais (CHEROBIM; ESPEJO, 2011, p. 1).

Conforme Neto et al. (2014), não existem dúvidas de que as pessoas devem ter boas práticas de finanças pessoais. E para isso, o autor sugere duas destas, a primeira, controlar as despesas da família através de uma anotação simples, o orçamento doméstico, elegendo as prioridades e evitando despesas desnecessárias. Com o orçamento, o indivíduo passa a entender os seus hábitos de consumo.

Ainda de acordo com Neto et al. (2014), a segunda atividade é transformar parte do seu consumo em poupança, mesmo guardando um valor pequeno, este vai se acumular ao longo do tempo, pois todo brasileiro sonha em viver feliz para sempre com lazer e dinheiro no bolso. E para que isso aconteça, essas duas ações devem ocorrer todos os dias. Mas, na realidade, estudos demonstram que, atualmente, a queda nos rendimentos das aposentadorias tem obrigado muitos aposentados a voltarem ao mercado de trabalho para melhorar a renda da família.

Semelhante ideia, sobre garantir o futuro, cita Veiga (2010, p. 16): “cabe ao cidadão duas tarefas: a) poupar no período da ativa; b) administrar os recursos poupados no período da aposentadoria”.

Cherobim e Espejo (2011) falam dos princípios financeiros do planejamento: ganhar mais do que se gasta, guardar dinheiro para emergências, não assumir despesas que não caibam no orçamento, calcular gastos secundários nas novas aquisições, evitar gastos desnecessários e financiar seus sonhos.

Para Santos (2014), algumas recomendações aos pais são importantes na gestão das finanças pessoais na fase da infância, adolescência e fase adulta. São elas:

- a) Na infância: nunca ceder às chantagens usadas pelas crianças para conseguirem o que querem; dar brinquedos novos somente em datas comemorativas, para que elas aprendam a dar valor aos que têm e a conservá-los; no caso de mesadas, dar valores baixos, para que as crianças identifiquem o quanto podem gastar no período; incentivar a criança a participar do orçamento familiar, introduzindo os conceitos de caro e barato; explicar sobre o significado e a importância do dinheiro e incentivar a poupança para gastos futuros;
- b) Na adolescência: incentivar a participação nas discussões do orçamento familiar; determinar que expliquem o destino de gastos atípicos e como pretendem reduzi-los no período seguinte; incentivar o adolescente a fazer cursos de aperfeiçoamento profissional, finanças pessoais e auxiliá-lo na escolha do curso acadêmico superior, mercado de atuação profissional;
- c) Na fase adulta: solicitar que justifiquem os gastos anormais do período e como irão reduzi-los; estimular e orientar quanto a destinar parte das sobras da renda para aplicações e até para fundos de previdência privada, para formação de uma reserva financeira.

Observa-se uma concordância entre os autores citados quanto à importância da educação financeira e das boas práticas de finanças pessoais em todas as fases

vividas, buscando qualidade de vida e um futuro com mais estabilidade financeira e econômica, além de evidenciar como a deficiência destas práticas pode ser prejudicial às pessoas, levando à tomada de crédito equivocada, ao consumo exagerado, e conseqüentemente, elevando o endividamento e muitas vezes resultando na inadimplência. E, estes assuntos serão desenvolvidos a seguir, nos próximos tópicos.

2.2 Crédito

A origem do crédito vem das sociedades antigas que atuavam, exclusivamente, com atividades rurais, onde o crédito era utilizado na forma de antecipação de sementes e implementos agrícolas em função do prazo entre o plantio e a colheita. Após, com o surgimento do dinheiro, na Grécia Antiga, em função das atividades comerciais, surgiram as primeiras instituições bancárias que passaram a realizar operações de crédito (LEMES JUNIOR; RIGO; CHEROBIN, 2005 apud DAROS; PINTO, 2017).

Muitas atividades produtivas dependem do crédito, o desenvolvimento do comércio e da indústria é movido pelos empréstimos, que fornecem aos mais variados setores da economia, meios para alcançar os objetivos aos quais se destinam (RIZZARDO, 2003).

Para Santos (2015, p. 1), “crédito, em finanças, é definido como a modalidade de financiamento destinada a possibilitar a realização de transações comerciais entre as empresas e seus clientes”.

Ainda de acordo com Santos (2015), o crédito inclui dois elementos básicos: a confiança, que está expressa na promessa de pagamento, e o tempo, que é o período entre a aquisição e quitação da dívida. O crédito se refere à troca de um valor presente por uma promessa de pagamento futuro, que pode não ocorrer pelo fator risco, e por esse motivo, é importante analisar a capacidade financeira do cliente antes da concessão do crédito.

2.2.1 Crédito bancário

Os bancos comerciais são instituições financeiras que dispõem de créditos de capital de giro para a indústria, comércio, prestadores de serviços, pessoas físicas, concedendo também crédito rural. São especializados em operações de curto e médio prazo. As principais operações realizadas pelos bancos comerciais são concessão de crédito, captação de depósitos à vista, a prazo e poupança, aplicações em títulos mobiliários, cobrança e recebimentos de terceiros (NIYAMA; GOMES, 2012).

De acordo com Niyama e Gomes (2012), as Cooperativas de Crédito são instituições financeiras de natureza privada. Possuem personalidade jurídica própria, quanto à natureza das operações desenvolvidas podem ser de economia e crédito mútuo, Luzzati ou popular, de crédito rural. São autorizadas a desenvolver operações parecidas às praticadas pelos bancos comerciais, porém limitadas a seus associados.

Conforme Rizzardo (2003), muitas vezes as pessoas físicas ou jurídicas não possuem recursos próprios para atender as demandas de aperfeiçoamento e expansão nas áreas em que atuam. E, é o crédito que move a engrenagem para alcançar esses objetivos, tendo a instituição bancária como seu principal elemento técnico propulsor. Os bancos promovem a industrialização do crédito, através das operações bancárias, concedendo empréstimos, recebendo valores em depósito, descontando títulos, enfim, realizando ações de sua finalidade econômica.

Segundo Fortuna (2002), existe uma grande variedade de produtos bancários disponíveis. Estes se diferenciam pelo prazo, as taxas de juros, garantias e formas de pagamento e devem respeitar as limitações impostas pelo Banco Central. O volume de empréstimos liberados pelos bancos está vinculado ao seu patrimônio líquido.

Para Santos (2015), a finalidade do crédito deve estar ligada à necessidade do cliente. As linhas de crédito servem para atender a três necessidades básicas das pessoas físicas:

- a) Créditos emergenciais: são operações com prazo inferior a um mês (curtíssimo prazo). São utilizados para atender as necessidades imediatas, cobrir desequilíbrios do orçamento ou pagamentos de compras;
- b) Financiamentos de compras: são operações com prazo inferior a 12 meses (curto prazo), utilizados para compra de produtos, serviços de consumo e bem-estar, com pagamento parcelado ou concentrado no vencimento;
- c) Investimentos: são operações com prazo superior a 12 meses (longo prazo), destinadas à aquisição de bens para integrar o patrimônio ou até para exercer suas atividades de trabalho, como por exemplo: máquinas, equipamentos, imóveis e bens móveis. O pagamento neste caso é parcelado.

As instituições bancárias oferecem diversos serviços a pessoas físicas e jurídicas como: intermediação financeira, concessão de crédito, cartões de crédito/débito, caixas eletrônicos para movimentação de saques, extratos, pagamento de contas, acesso digital para realização de operações, entre outros (ORLANI, 2000).

Segundo Orlani (2000) a definição do cheque especial é:

O cheque especial é uma modalidade de crédito rotativo concedido pelas instituições financeiras às pessoas físicas e empresas para necessidades temporárias, geralmente com prazo inferior a um mês. O correntista poderá utilizar automaticamente o limite concedido e pagará juros e encargos na proporção da utilização (ORLANI, 2000, p. 133).

O cartão de crédito é outra modalidade de crédito rotativo, pode ser utilizado para o financiamento de compras até o limite aprovado. Se for pago no vencimento o total da fatura, o cliente não pagará juros, entretanto, se optar em fazer um pagamento parcial, financiando o saldo devedor haverá a cobrança de juros (ORLANI, 2000).

Fortuna (2002) fala sobre a vantagem e desvantagem do cartão de crédito:

Para o possuidor do cartão, quando os valores são pagos no vencimento seguinte, a compra representa vantagem de ganhos reais sobre a inflação, além do enquadramento de suas necessidades de consumo às suas disponibilidades momentâneas de caixa. Têm a eventual desvantagem de vir a representar um fator de propensão ao consumo, nos momentos em que o consumidor intuitivamente desejava poupar (FORTUNA, 2002, p.179).

Outra modalidade de crédito é o contrato de crédito pessoal, destinado às pessoas físicas, sendo que os recursos poderão ser utilizados livremente para destinações diversas. O saldo devedor é amortizado em forma de parcelas que incluem o valor principal mais encargos (ORLANI, 2000).

2.2.2 Crédito no varejo

De acordo com Mattar (2011), varejo são as atividades de negócios que envolvem a venda de produtos ou prestação de serviços ao consumidor final, para consumo pessoal, familiar ou residencial, como por exemplo: venda de produtos alimentícios, serviços no ramo de lazer, serviços de saúde, lavagem de roupas, veículos, entre outros. O varejo compreende várias formas de venda, em lojas físicas, venda por ambulantes, de porta a porta, por catálogos, pela internet e também a prestação dos mais diversificados serviços.

No Brasil, no final do século XIX e início do XX, surgiram os primeiros estabelecimentos comerciais. Até então, o comércio era exercido por mascates que percorriam com suas carroças cheias de produtos os povoados e vilarejos. O varejo foi impulsionado pela industrialização na década de 1940, provocando diversas transformações no país: houve o crescimento das cidades, o surgimento da classe média, consumidores com rendas maiores e mais exigentes (GIMPEL, 1980 apud MATTAR, 2011).

2.3 Consumismo

Segundo Neto et al. (2014), quatro erros clássicos são cometidos pelos consumidores frente às armadilhas do mercado, sendo os mesmos destacados a seguir:

- a) As pessoas não fazem uma poupança antes de comprar, pois seria mais fácil poupar antes para depois comprar à vista e não pagar juros;
- b) Outro erro são as despesas não controladas através de um orçamento doméstico, pois este ajudaria a evitar despesas desnecessárias com pequenos gastos como cafezinho, lanches, estacionamento. O correto seria separar um valor diário para essas despesas e não gastar além do orçado;
- c) Outro problema é o impulso consumista que atinge as pessoas a todo o momento, tudo ajuda a comprar: o shopping, o talão de cheques, o cartão de crédito. Para evitar as tentações, o melhor é andar com o dinheiro necessário para o dia;
- d) Outra questão com relação à anterior: é que o consumidor deve estar sempre consciente dos facilitadores de consumo, como por exemplo: as ofertas de compras parceladas sem juros, leve “dois e pague um”. É importante pesquisar e barganhar, comprar à vista com desconto.

Para Neto (2014), a cada compra é necessário:

Dessa forma, é importante, a cada compra, no mínimo, responder a três perguntas: sei distinguir o desejo de necessidade de compra? É o momento realmente adequado para a compra? A despesa está dentro do meu orçamento? Caso a resposta for “não” a qualquer uma dessas perguntas, abandone urgentemente a ideia! (NETO, 2014, texto digital).

Para Hoji (2014), o consumo pode ser analisado através de características de três tipos de famílias, a família poupadora, a família gastadora e a família equilibrada:

- a) Poupadora: gasta menos do que recebe, dificilmente pega dinheiro emprestado, negocia preços, não olha a marca e sim o preço dos produtos, possui reservas financeiras para o caso de emergências e se preocupa com o futuro da família;
- b) Gastadora: gasta mais do que recebe, está sempre com dívidas, não se importa com os preços cobrados, prioriza a marca dos produtos,

utiliza o cheque especial para as emergências, vive o presente sem se preocupar com o futuro;

- c) Equilibrada: gasta menos do que recebe, faz dívidas se necessário, avalia os preços, busca comprar produtos com qualidade e preços baixos. Possui reservas financeiras e preocupa-se com o futuro da sua família.

Segundo Hoji (2014), as famílias são formadas por várias pessoas, cada uma com personalidade própria, algumas possuem características dos três perfis de famílias, mas com certeza um deles é o mais marcante quanto à forma de comportamento em relação ao consumo.

2.4 Endividamento

Conforme Tolotti (2007), pode-se considerar uma pessoa como endividada quando ela não consegue cumprir suas obrigações financeiras, com atrasos entre 1 mês e 3 meses. O endividamento pode ser passivo ou ativo. O endividamento passivo ocorre em situações imprevistas e eventuais, quando o aumento das dívidas é alheio à vontade da pessoa, por exemplo, em caso de morte, desemprego, acidente. O endividamento ativo ocorre quando há uma má gestão financeira, as dívidas se originam de escolhas equivocadas. E, estes indivíduos estão constantemente endividados.

Segundo Domingos (2011), o problema do endividamento pode ser comparado com um imenso iceberg, este se forma silenciosamente ao longo dos anos e quando aparece por inteiro já possui uma dimensão assustadora. E ao se depararem com ele e terem que enfrentá-lo, muitas pessoas enxergam somente a sua ponta, e por isso, o atacam de forma ineficiente, focando apenas no dinheiro e imaginando que se não dispuserem da quantia suficiente para pagar a dívida, não terão saída. Ainda de acordo com o autor, muitos, pensam que se ganhassem mais, teriam menos dívidas e não ficariam desequilibrados, porém, na prática, não é assim que acontece. Se o indivíduo não tiver um comportamento saudável com relação ao dinheiro, indiferente do salário que receber, estará endividado.

De acordo com Mattar (2011, p. 103), o endividamento possui um ciclo:

- Causas: Analfabetismo financeiro, consumismo, marketing publicitário, Crédito Fácil;
- Meios: Cheque especial, cartão de crédito, crediário, crédito consignado, empréstimos, adiantamentos, antecipação de IR;
- Efeitos: Problemas conjugais, problemas de saúde, desmotivação, baixa autoestima, produtividade reduzida, atrasos e faltas no trabalho.

Nos últimos anos observa-se um aumento do endividamento do povo brasileiro, podendo este ser causado pela facilidade de acesso ao crédito bancário, pelo descuido com as contas e também influenciado pelas propagandas que levam os consumidores ao consumo exagerado e a agirem por impulso. Acrescenta-se, a tudo isso, a ausência de conhecimento e planejamento sobre finanças pessoais, sendo que estas ficam comprometidas em função da falta de planejamento ou má administração (LIZOTE; SIMAS; LANA, 2010 apud STEIGER; BRAIDO, 2016).

2.5 Inadimplência

O Banco Central do Brasil (2009, p. 7) utiliza um conceito de inadimplência *stricto sensu*: “o fracasso em pagar determinada quantia nos termos do contrato original da operação de crédito”.

Segundo Teixeira e Silva (2001) apud Andrade et al. (2010), o mau pagador pode ter diversos perfis: o verdadeiro mau pagador é aquele com intenções de lesar o credor, este se recusa a pagar ou tenta prolongar, ao prazo máximo, o pagamento. O mau pagador ocasional é aquele que no momento da compra/pedido de crédito não teve a intenção de enganar o credor, porém por algum motivo não conseguiu cumprir suas obrigações. O devedor crônico é aquele que sempre paga em atraso, mas se responsabiliza pelos seus compromissos, estes devem ser administrados e controlados pelos credores e podem ser uma boa fonte de lucro.

Semelhante ideia sobre o perfil do pagador evidencia Santos (2015): o mau pagador é aquele cliente que se recusa a pagar e procura fugir do contato com o cobrador. O mau pagador ocasional diferencia-se do mau pagador porque tem a intenção de pagar, somente deixou de pagar suas obrigações por circunstâncias adversas. E o devedor crônico é aquele que sempre paga em atraso por questões de má administração financeira.

Segundo Santos (2015), alguns fatores que têm contribuído para o aumento da inadimplência no Brasil nos últimos anos são: o descontrole no orçamento das famílias, o consumo desordenado que gera o endividamento, facilidades para obtenção de crédito bancário e comercial, análise de risco de crédito incompatível com a situação financeira dos tomadores de crédito, que pode ocorrer por omissão intencional do tomador, má educação financeira dos tomadores de crédito que passaram a utilizar os créditos como complemento de sua renda, sem calcular juros, somente se preocupando com o valor da parcela que irão pagar.

De acordo com pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e a Confederação de Dirigentes Lojistas – CNDL (2017), onde foram entrevistados, pessoalmente, 600 consumidores inadimplentes há pelo menos 90 dias, de ambos os gêneros, com mais de 18 anos e de todas as classes sociais nas 27 capitais do país, 38 % dos respondentes vivem fora do padrão de vida, comprando mais do que conseguem pagar, impulsionados pela constante necessidade de se satisfazer. Dos entrevistados, 41% tem pouco conhecimento sobre suas contas básicas, como luz, água, telefone, aluguel, escola dos filhos, entre outras. Segundo o SPC e CNDL (2017) essas contas muitas vezes levam o cidadão à inadimplência pelo fato de continuarem existindo mesmo em situações de redução de renda ou outros imprevistos que surgem no atual cenário econômico vivido.

2.6 A Macroeconomia

Segundo Souza et al. (2016), a partir da pesquisa sobre a inadimplência das pessoas físicas no Brasil no período de 2003 a 2015, as variáveis que explicam em torno de 91% das variações na inadimplência são: a taxa de desemprego, a renda, o

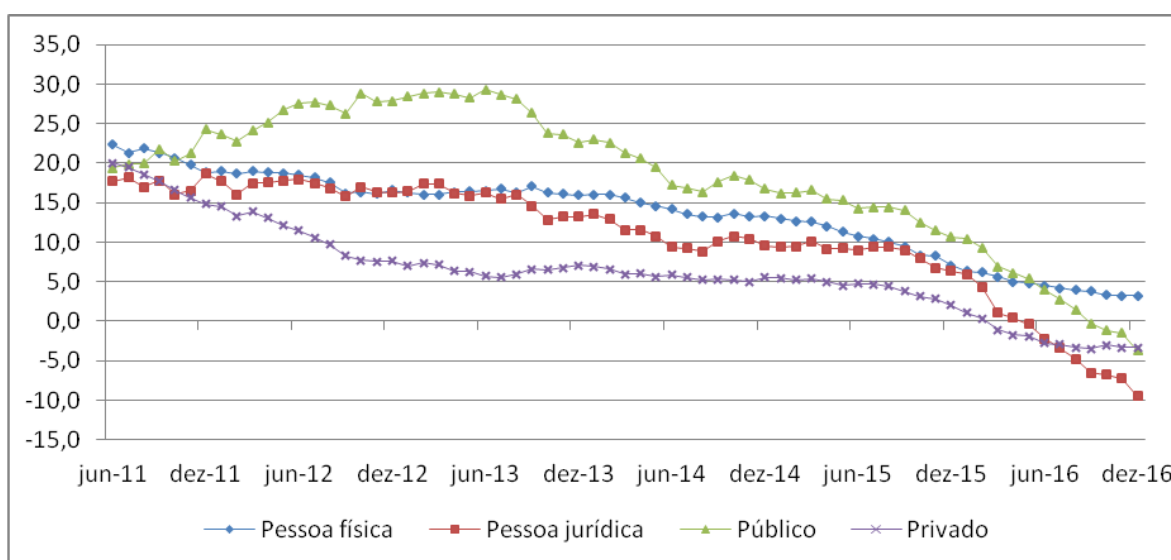
PIB (Produto Interno Bruto), saldo de títulos públicos e o índice inflacionário. Através do estudo, foi observada uma relação negativa entre a inadimplência, o saldo de títulos públicos e o PIB. O resultado indica que um aumento nos títulos públicos e no PIB pode gerar uma queda na inadimplência e uma relação positiva entre o desemprego, a inflação e a renda, indicando que o aumento dessas variáveis tem como consequência: uma elevação na inadimplência. A partir do estudo, concluiu-se, que as variáveis de ordem econômica, de emprego e renda são as mais relevantes no impacto à inadimplência das pessoas físicas, porém existem fatores comportamentais dos indivíduos que fazem com que os mesmos não paguem suas dívidas em dia, como também, por exemplo: a falta de planejamento financeiro.

2.6.1 Volume de crédito liberado

Segundo dados do Relatório de Estabilidade Financeira - Banco Central do Brasil (2017, p. 5):

O estoque das operações de crédito concedidas pelo setor bancário deve manter crescimento nominal negativo no curto prazo, principalmente pelo forte processo de redução no endividamento das empresas. Não obstante, sustentada a recente melhora na percepção de riscos dos agentes, espera-se que o ritmo de contratação seja atenuado.

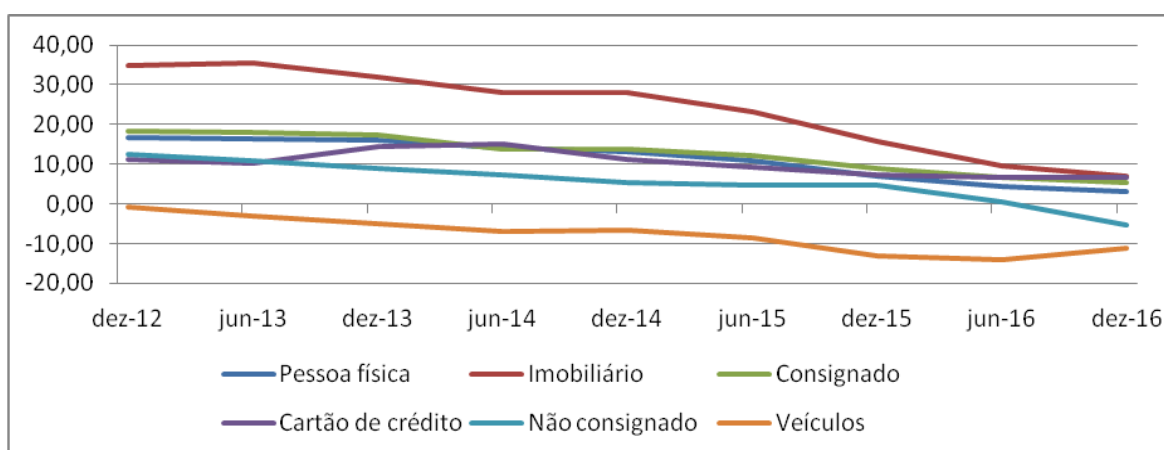
Gráfico 01 – Variação anual do crédito – por controle e por tipo de pessoa



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados do Relatório de Estabilidade Financeira – BCB (2017).

A partir da análise do Gráfico 01, pode se observar uma retração significativa no crédito concedido pelo setor bancário no período de março de 2011 a dezembro de 2016. Para as pessoas físicas houve uma redução de 22,5% em março de 2011 para 3,2% em dezembro de 2016. E ainda houve uma retração superior nesse índice para as pessoas jurídicas, de 19,5% para -9,5%, no mesmo período.

Gráfico 02 – Carteira de crédito destinado a pessoas físicas – crescimento anual



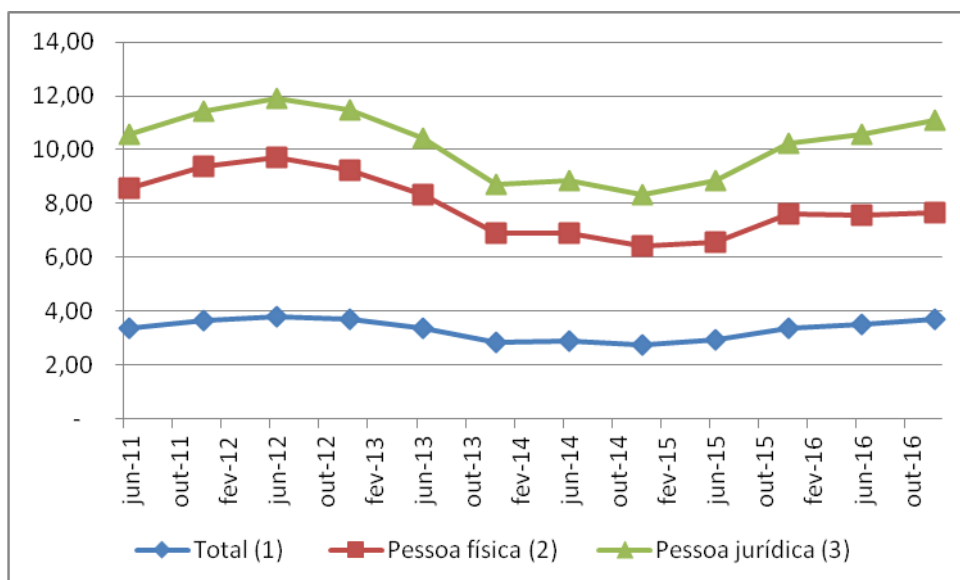
Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados do Relatório de Estabilidade Financeira – BCB (2017).

Conforme dados do BCB (2017), o Gráfico 02 apresenta o fluxo de desaceleração do crescimento de crédito destinado a pessoas físicas, que é uma consequência da situação de emprego e renda, que reduziram a busca das famílias pelo consumo. Pode-se destacar a desaceleração do crédito pessoal não consignado, que representa uma modalidade de crédito mais sensível às condições econômicas.

2.6.2 Riscos de inadimplência

Conforme dados do Banco Central do Brasil (2017), a inadimplência das operações do SFN, com atrasos superiores a 90 dias, em ascensão desde dezembro de 2014, está apresentando sinais de reversão, conforme Gráfico 03. Esse movimento de melhora foi influenciado pelo aumento de reestruturações e renegociações, o ICC (índice de confiança do consumidor) da FGV aumentou 11,9 pontos percentuais em 2016.

Gráfico 03 – Inadimplência por tipo de pessoa



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados do Relatório de Estabilidade Financeira – BCB (2017).

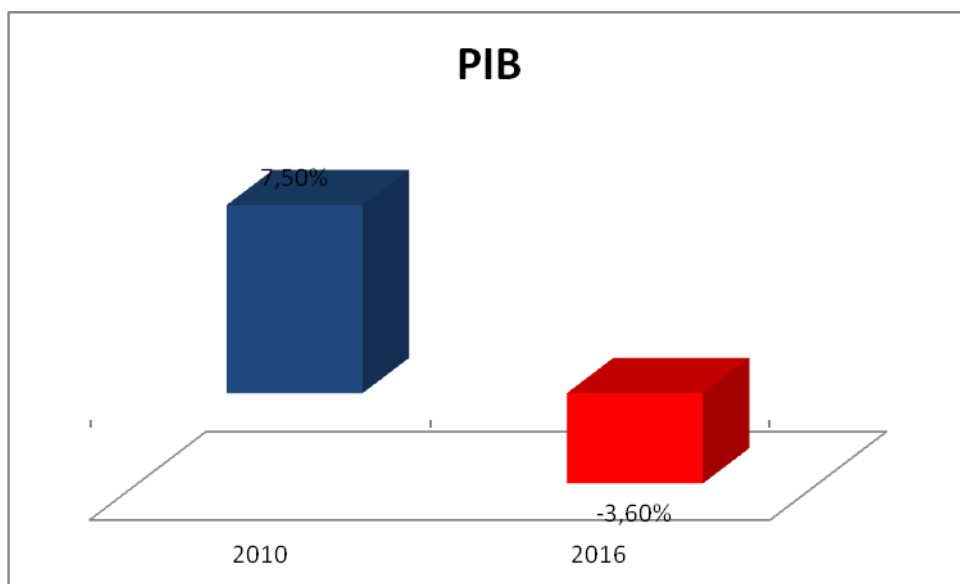
Ainda de acordo com BCB (2017), o valor em inadimplência não aumentou para as pessoas físicas desde o início de 2016, sendo que o mesmo também se verifica na carteira total de crédito dos bancos privados desde junho do mesmo ano.

2.6.3 Brasil, do auge econômico à recessão

Segundo reportagem publicada pelo caderno de Economia do site G1(2017), nos últimos anos a economia brasileira sofreu uma virada brusca, saindo do auge econômico registrado em 2010, quando o país alcançou seu maior avanço no PIB dos últimos 20 anos, registrando um crescimento da economia de 7,5%. E recentemente, chegou, em 2016, ao pior resultado da economia registrado pelo IBGE, uma retração de 3,6% na economia. Neste panorama, fez-se com que a população que havia melhorado seus hábitos de consumo, no período de aquecimento da economia, passasse a ter perdas abruptas. Segundo o G1 (2017), as perdas atingiram com maior intensidade as famílias de baixa renda, pois mesmo que o desemprego tenha atingido as famílias de alta renda, estas não sofrem tanto pelo fato de terem patrimônio, enquanto as que dependem do salário mensal são levadas à miséria muito rapidamente.

O site G1 (2017) apresenta um comparativo dos indicadores 2010x2016: A economia brasileira antes e depois da crise, conforme gráficos abaixo.

Gráfico 04 – PIB

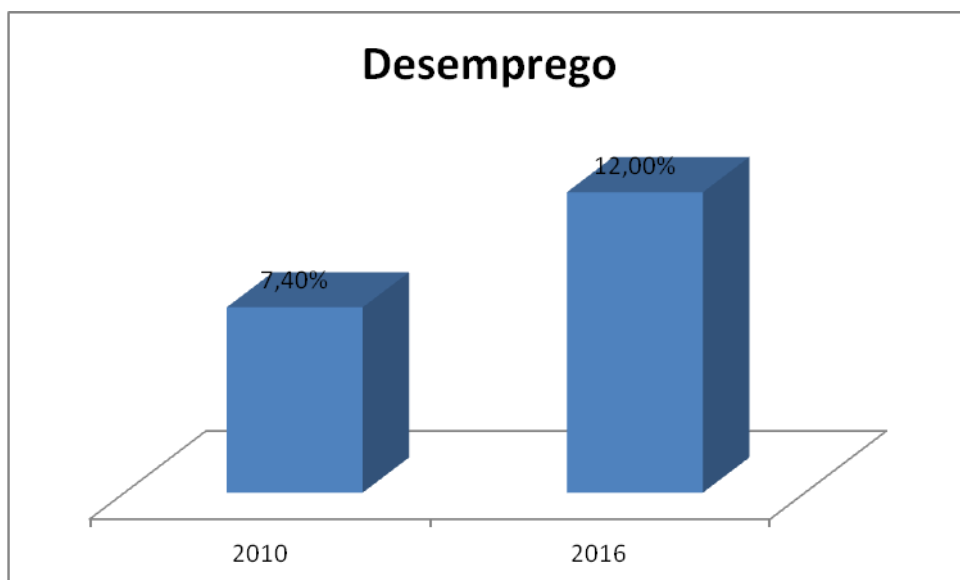


Fonte: Adaptado pelo autor com base no site G1 (2017).

O Gráfico 04 mostra um comparativo do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) de 2010 e 2016, apresentando uma queda de 11,10%.

Segundo Banco Central do Brasil (2017), é projetado um crescimento do PIB para 2,2% em 2018, pelo lado da oferta projetam-se aumentos de 1,5% para agricultura, 2,6% para indústria e 1,9% nos serviços. No campo dos componentes da demanda interna, estima-se um aumento de 2,5% para o Consumo das famílias e de 3% da formação bruta de capital fixo. Há uma estimativa que o Consumo do governo expanda em 1,0% e um crescimento de 4,0% para as Exportações e 6,0% para as Importações de bens e serviços.

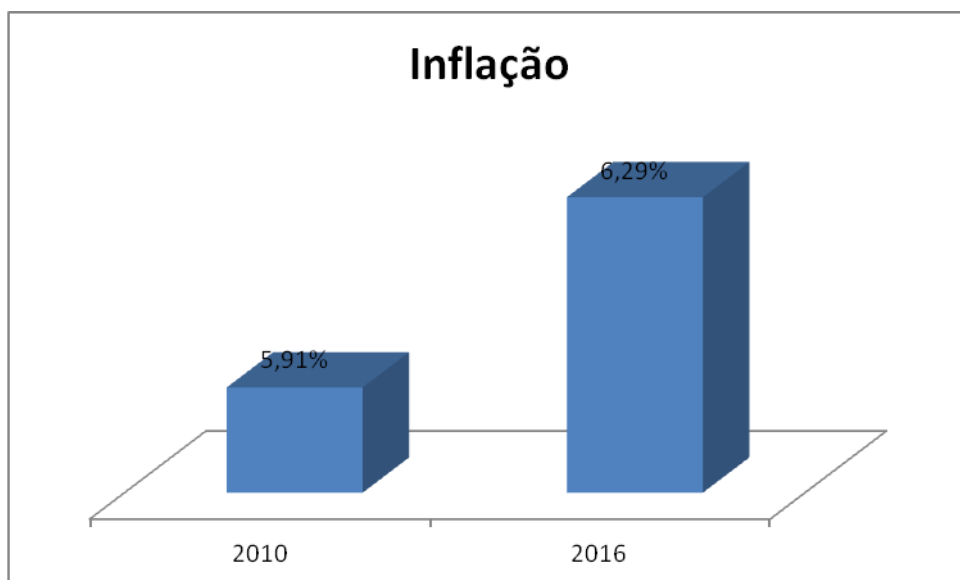
Gráfico 05 – Desemprego



Fonte: Adaptado pelo autor com base no site G1 (2017).

O Gráfico 05 registra o comparativo da taxa de desemprego comparando os anos de 2010 e 2016, com um aumento de 4,6% no índice.

Gráfico 06 – Inflação



Fonte: Adaptado pelo autor com base no site G1 (2017).

O Gráfico 06 registra a taxa de inflação, que era de 5,91% em 2010 atingiu 6,29% em 2016, representando um aumento de 0,38%.

Analisando os gráficos observa-se uma piora em todos os índices na comparação entre os anos de 2010 e 2016, houve uma retração do PIB, um aumento na taxa de desemprego e da inflação.

Conforme Barbosa Filho, a Nova Matriz Econômica (NME) contribuiu para a recessão:

O esgotamento da NME devido à perda de capacidade financeira do governo reduziu diversos investimentos da economia brasileira a partir de 2015, com a forte redução do investimento da Petrobras sendo um exemplo marcante. A crise de sustentabilidade fiscal que se seguiu elevou o risco país, a taxa de juros de longo prazo e a incerteza, reduzindo consumo e investimento de forma substancial em 2015 e 2016. A recomposição de preços e a política monetária necessária para recolocar a inflação na meta também contribuem para a recessão, principalmente devido à perda de credibilidade do Banco Central. Por último, a consolidação fiscal de 2015 devido à pouca duração e intensidade não deve ter contribuído de forma significativa para a recessão atual (BARBOSA FILHO, 2017, texto digital).

Ainda de acordo com Barbosa Filho (2017), a origem da crise econômica brasileira de 2014/2017 resultou de uma série de choques de oferta e demanda, causados muitas vezes por erros nas políticas públicas, que diminuíram a capacidade de crescimento da economia e geraram um aumento do custo fiscal.

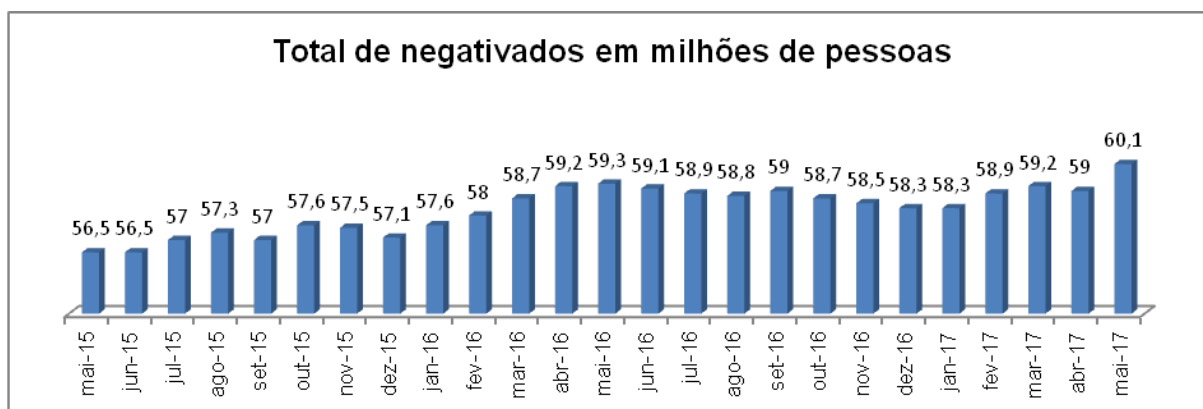
2.6.4 Indicadores econômicos SPC Brasil e CNDL

Segundo dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), o número de inadimplentes em janeiro de 2017 era de 58,3 milhões. Se comparado ao número de negativados de janeiro de 2016, mostra um acréscimo de 700 mil novos nomes que passaram a integrar a lista de inadimplentes. O cenário recessivo, que reduziu a tomada de crédito pelos consumidores e a propensão a consumir, gerou um fenômeno de desaceleração do crescimento da inadimplência desde o segundo semestre de 2016. Este movimento da economia pode ser observado no Gráfico 07 (SPC e CNDL, 2017).

Ainda de acordo com o SPC e CNDL (2017), estimava-se no final de maio de 2017, havia um total de pessoas físicas negativadas no país em torno de 60,1 milhões. Esse número representa 39,88% da população da faixa etária entre 18 e 95

anos. Tal índice sofreu influência da sazonalidade típica do primeiro semestre, ou seja, das contas assumidas pelos brasileiros nos primeiros meses de 2017.

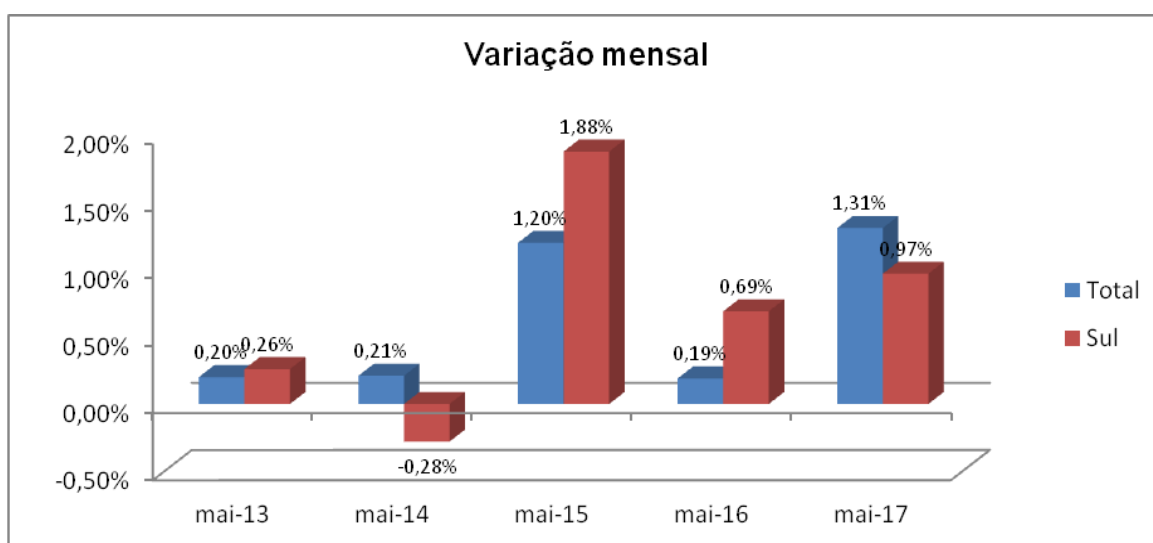
Gráfico 07 – Total de negativados em milhões de pessoas



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos Indicadores Econômicos SPC Brasil e CNDL – Dados Nacionais (05/2017).

Segundo o SPC Brasil e CNDL, na região Sul, o número de devedores iniciou 2017 com queda de -4,59%, sendo a região com a retração mais expressiva. E em maio de 2017 mostrou queda de 4,85% se comparado ao mesmo mês do ano anterior. A região demonstra retração do indicador na base de comparação anual desde julho do último ano (SPC Brasil e CNDL, 2017).

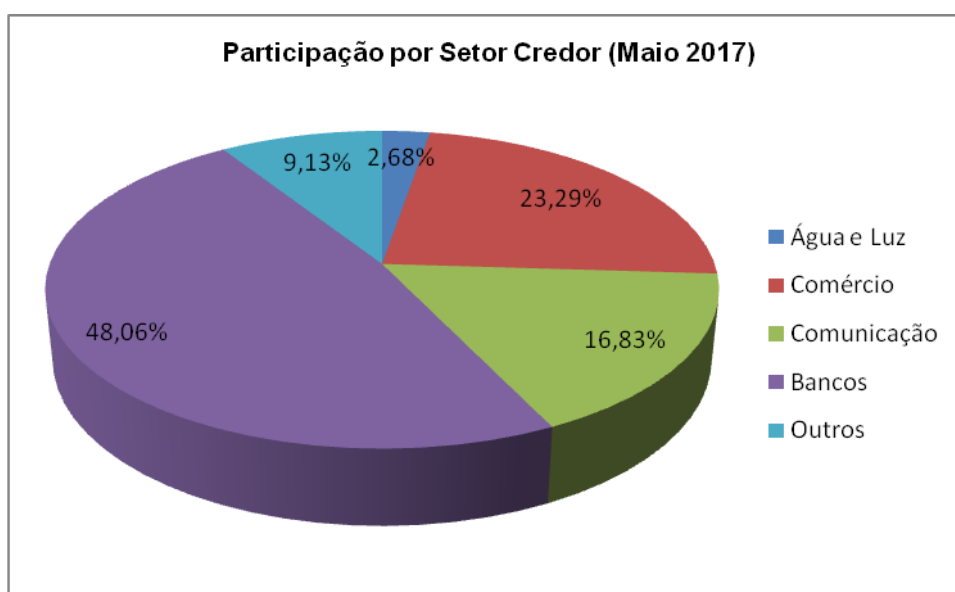
Gráfico 08 – Inadimplentes na Região Sul



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados do SPC Brasil. A região considerada é a de moradia do consumidor (2017).

Conforme Gráfico 08, na passagem de abril para maio de 2017, o número de inadimplentes aumentou 0,97% no Sul, no país como um todo, houve um aumento de 1,31%.

Gráfico 09 – Quantidade de dívidas por setor na Região Sul



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos Indicadores Econômicos SPC Brasil e CNDL (05/2017).

Em termos de participação, a liderança é dos bancos com 48,06% das pendências, seguido pelo comércio e comunicação, conforme o Gráfico 09.

Atualmente, um dos principais mecanismos, que o governo utiliza para ajustar a economia, é a taxa de juros SELIC, definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), o qual é um órgão vinculado ao Banco Central do Brasil.

2.6.5 Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil (BCB) é o órgão regulador e supervisor do Sistema Financeiro Nacional. Sua missão é garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, como também, a solidez e eficiência do sistema financeiro, indispensável para o desenvolvimento econômico. Nas últimas décadas, devido às políticas adotadas e a atuação do BCB, o Brasil reduziu a inflação e alcançou a estabilidade econômica. Segundo o BCB (2013), esta condição econômica do país possibilitou

um aumento da oferta dos produtos e serviços financeiros, crescendo o poder de consumo de boa parte da população. No entanto, para usufruir dos benefícios econômicos oferecidos por esses produtos e serviços, é essencial que os clientes do Sistema Financeiro utilizem-no adequadamente, entendendo o funcionamento do mercado, dos juros e como estes influenciam a vida financeira das pessoas, consumindo de forma consciente, evitando o super-endividamento e entendendo a importância e as vantagens do orçamento pessoal e familiar, quando a educação financeira representa o meio para prover esses conhecimentos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Segundo Niyama e Gomes (2012, p. 6), “a função clássica de um banco central é a de controlar a oferta da moeda e do crédito, desempenhando a função de executor das políticas monetária e cambial de um país”. Algumas de suas principais atribuições são: emitir moeda papel e metálica, receber os recolhimentos compulsórios e depósitos voluntários à vista das instituições financeiras, controlar capitais estrangeiros, realizar operações de empréstimos e redesconto a instituições financeiras exercendo a fiscalização das mesmas aplicando as penalidades previstas, conceder autorizações para as instituições financeiras funcionarem no país, efetuar operações de compra e venda de títulos públicos como instrumento de política monetária, entre outros (NIYAMA; GOMES, 2012).

2.6.5.1 Comitê de Política Monetária (COPOM)

Segundo Banco Central do Brasil (2012), o Comitê de Política Monetária (COPOM) foi constituído em 20 de junho de 1996 com a função de construir as diretrizes da política monetária de definir a taxa de juros. O Comitê foi criado com o objetivo de dar maior transparência ao processo decisório, desde a sua constituição o Regulamento do COPOM é atualizado tanto quanto ao seu objetivo, como à periodicidade das reuniões e à composição, competências e atribuições dos integrantes do Comitê, visando aprimorar o processo decisório e refletir as alterações do regime monetário.

De acordo com Banco Central do Brasil (2012), desde a criação do Decreto 3.088, em 21 de junho de 1999, as decisões do COPOM passaram a objetivar e cumprir as metas da inflação que são definidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os objetivos do COPOM são implantar a política monetária, determinar a meta da Taxa Selic e seu ocasional viés, como também analisar o Relatório de Inflação. A meta para a Taxa Selic (índice médio dos juros aplicados aos financiamentos diários) tem seu valor fixado na reunião do Comitê de Política Monetária.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, será apresentada a caracterização da pesquisa e formas de sua realização, bem como seus conceitos, aspectos na elaboração deste Trabalho de Conclusão e sua vinculação ao método escolhido para análise de dados, estudos, reflexões e apontamentos sobre inferências do quadro das finanças e da economia do país na vida local dos indivíduos, no que tange ao tema: Inadimplência. Concomitantemente, são expressas abrangências de todo trabalho envolvido no processo de busca, pesquisa, análise de dados, conclusões e construção de conhecimentos, como também, algumas limitações do método.

3.1 Caracterização da pesquisa quanto aos objetivos

Para alcançar os objetivos deste trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa, utilizando como procedimento técnico para a coleta de dados, o questionário.

A pesquisa exploratória busca para elucidar o tema em estudos, segundo Beuren (2008): o pesquisador aprofunda os conceitos preliminares sobre a temática, que não foram contemplados anteriormente, contribuindo para esclarecer questões superficiais abordadas sobre o assunto.

Semelhante ideia expõe Gil (2010) sobre as pesquisas exploratórias. Segundo o autor, estas pesquisas possuem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o assunto estudado, tornando-o mais explícito.

Segundo Malhotra (2012, p. 58): “O principal objetivo da pesquisa exploratória é ajudar a compreender o problema enfrentado pelo pesquisador”.

Para Koche (2013, p. 126): “na pesquisa exploratória não se trabalha com a relação entre variáveis, mas com o levantamento da presença das variáveis e da sua caracterização quantitativa ou qualitativa”. Ainda, segundo o autor, o principal objetivo de uma pesquisa exploratória é o de caracterizar a natureza das variáveis que se tem o objetivo de conhecer.

A pesquisa realizada teve uma etapa exploratória, pois, os assuntos abordados foram pesquisados para se obter maior conhecimento e compreensão sobre os mesmos.

Segundo Chemin (2015), o objetivo da pesquisa descritiva é descrever as características de um determinado fenômeno ou população, ou também criar relações entre variáveis, assumindo muitas vezes forma de pesquisa bibliográfica e documental, ou levantamento de dados, através da utilização do questionário e a observação sistemática para coleta de dados.

Semelhante ideia expõe Malhotra (2012) sobre a pesquisa descritiva. Para o autor, o principal objetivo da pesquisa é a descrição de algo, sendo uma pesquisa de tipo conclusiva que pressupõe que o pesquisador tenha conhecimento prévio do problema, baseado em hipóteses específicas e na especificação das informações indispensáveis.

A presente pesquisa também pode ser considerada descritiva, pois, após a coleta e análise os dados foram realizadas tabelas simples e cruzadas para avaliar a relação entre as variáveis.

3.2 Caracterização da pesquisa quanto ao modo de abordagem

Segundo Chemin (2015), são conhecidas três formas de pesquisa quanto ao modo de abordagem: quantitativa, qualitativa e uma mistura das duas, quantiqualitativa ou quali-quantitativa.

A pesquisa quantitativa possui como característica a utilização de instrumentos estatísticos, desde a coleta até o tratamento dos dados, se preocupando com o comportamento geral dos acontecimentos. Sua utilização é bastante comum em pesquisas de levantamento ou *survey*, objetivando entender através de uma amostra o comportamento de uma população (BEUREN, 2008).

Para Malhotra (2012, p. 111), a pesquisa quantitativa é a “metodologia de pesquisa que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”. Ainda, de acordo com o autor, o objetivo da pesquisa quantitativa é quantificar os dados generalizando os resultados da amostra para a população estudada, através de uma coleta de dados estruturada de um número grande de casos representativos a fim de se obter como resultado a recomendação de uma linha de ação.

A pesquisa realizada, de caráter quantitativo, tem o objetivo de analisar o comportamento financeiro da população participante do estudo, esta foi utilizada para mensurar os dados coletados através dos questionários aplicados aos 202 respondentes.

3.3 Caracterização da pesquisa segundo os procedimentos técnicos

Para confrontar a teoria dos materiais consultados com a realidade e analisar os fatos de forma prática, deve-se adotar um modelo conceitual e operacional para a pesquisa, mencionando como será realizada a coleta dos dados, demonstrando o desenvolvimento da pesquisa baseada nos procedimentos técnicos, estratégias, técnicas de pesquisa para coleta e de análise dos dados (CHEMIN, 2015).

Para Gil (2010) no levantamento a pesquisa é constituída a partir da interrogação direta das pessoas, para que se obtenham informações sobre o assunto, e posteriormente, através da análise quantitativa se obtém as conclusões relacionadas aos dados que foram coletados.

Segundo Gil (2010), as principais vantagens do levantamento são o conhecimento direto da realidade, pois são as próprias pessoas que informam suas opiniões; a economia e rapidez, com a aplicação de questionários, pois se obtém uma grande quantidade de dados em pouco tempo com baixo custo; e a quantificação onde os dados obtidos podem ser agrupados em tabelas, facilitando sua análise estatística.

Para Beuren (2008), no levantamento os dados da pesquisa, podem ser coletados a partir de uma amostra retirada de determinada população que se quer conhecer, por esse motivo deve-se ficar atento ao fato de que nenhuma amostra é perfeita, podendo ter variação no grau de erro, trata-se de uma importante tipologia de pesquisa para mapear a realidade de um determinado público-alvo.

Este trabalho foi realizado através de um levantamento ou *survey*, pois a coleta dos dados se deu a partir da aplicação de um questionário.

3.4 Detalhamento dos procedimentos técnicos

Segundo Chemin (2015), o questionário consiste em uma série de perguntas que serão respondidas de forma escrita sem a presença do pesquisador, sendo que as questões podem ser abertas (permitem que o indivíduo responda livremente), fechadas (onde são fornecidas alternativas de respostas objetivas e diretas) ou mistas, quando as perguntas são fechadas, podendo haver alternativas de respostas livres.

Para Fachin (2003, p. 147): “no questionário, a informação coletada pelo estudioso limita-se tão-somente às respostas escritas e preenchidas pelo próprio pesquisado”. Segundo a autora, na elaboração de um questionário deve-se atentar para dois aspectos: o aspecto material e o aspecto técnico. Em relação ao aspecto

material, deve-se observar o tamanho do questionário, evitando um número muito grande de questões, atentando para uma redação clara e limitada ao assunto. Quanto ao aspecto técnico, é preciso deixar claro quais são as informações desejadas, ou seja, o objetivo da pesquisa, formulando questões que produzam a informação almejada e que sejam neutras e compreensíveis.

Neste estudo, foi utilizado o questionário, estruturado com 16 questões mistas que foi entregue aos respondentes para posterior devolução.

O questionário foi estruturado e embasado levando em consideração os objetivos propostos e os autores consultados nas referências. O questionário completo a ser utilizado para o trabalho, com base no Quadro 01, encontra-se no Apêndice A.

Quadro 01 – Questões que serviram de base na elaboração do questionário

Objetivo geral	Autores	Questões
Analisar os principais fatores que geram a inadimplência da população de Mato Leitão.	Santos (2015) Lizote; Simas; Lana, 2010, apud Steiger e Braido (2016)	1, 3, 4, 5
Objetivos específicos	Autores	Questões
a) Identificar os principais fatores geradores de inadimplência.	Mattar (2011) Souza et al. (2016)	1, 3, 4, 5
b) Verificar, conforme o perfil dos respondentes, os determinantes na inadimplência.	Teixeira e Silva (2001) apud Andrade et al. (2010) Hoji (2014)	2, 3, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 16
c) Identificar se a educação financeira pode ser um fator no auxílio da redução da inadimplência.	Steiger e Braido (2016) Chaves (2015) Cherobim e Espejo (2011)	8, 9, 10, 11

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Segundo Chemin (2015), é importante que o questionário seja bem planejado, as perguntas devem ser dispostas numa sequência psicológica, que estimule a cooperação e sinceridade dos respondentes.

3.5 População e amostra

Para Gil (2010, p. 109), “de modo geral, os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade”. Segundo o autor, por esse motivo, normalmente, se trabalha com uma amostra e quando esta é selecionada com rigor, os resultados alcançados com o levantamento tendem a ser muito parecidos com os resultados de uma pesquisa com todos os elementos. As formas de amostragem são diversas, de acordo com o tipo de população, das condições materiais para realizar a pesquisa, entre outros.

Segundo Martins e Theóphilo (2007), nas amostragens não probabilísticas, os elementos da amostra são escolhidos de forma deliberada, não sendo possível generalizar os resultados para a população em função de não garantir a representatividade da mesma em sua totalidade.

Segundo Malhotra (2012), na amostragem por conveniência, muitas vezes os entrevistados são escolhidos por se encontrarem em determinado local no momento da realização da pesquisa.

Este estudo foi realizado no município de Mato Leitão/RS, que segundo Censo (2010) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contava com uma população de 3.865 habitantes. E, o questionário, por sua vez, foi aplicado a uma amostra não probabilística por conveniência com 202 respondentes.

3.6 Plano de coleta de dados

De acordo com Beuren (2008, p. 134): “os documentos escritos apresentam-se como uma valiosa fonte de coleta de dados nas pesquisas em ciências sociais”. A

coleta de dados em documentos é subdividida em pesquisa documental (fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (fontes secundárias).

Com relação à coleta de dados, esta foi realizada de forma primária através da aplicação do questionário, que foi entregue aos respondentes para posterior devolução, cuja finalidade específica foi comparar e analisar os dados obtidos dentro dos diferentes perfis dos respondentes. De forma secundária, foi baseada em livros, utilizando contribuições já publicadas sobre o assunto, para fundamentação e entendimento da pesquisa.

3.7 Plano de análise dos resultados

Segundo Malhotra (2012), a pesquisa deve compreender informações necessárias para estruturar o problema, e após, apresentar a solução ou resultado desta.

Para Beuren (2008), analisar os dados significa trabalhar com todo material que foi obtido no processo de investigação e transformá-lo em informações, que sustentem um entendimento conclusivo sobre o problema proposto no estudo.

Para Gil (2010), na análise de dados, ocorre a necessidade de realizar cálculos estatísticos. E, em todos os levantamentos é preciso calcular porcentagens, médias e correlações, pois esses procedimentos estão diretamente relacionados com os objetivos da pesquisa.

Após a aplicação do questionário e de posse dos dados auferidos, os mesmos foram comparados, analisados e interpretados de acordo com os perfis dos respondentes. Com esta análise, foi possível verificar os principais fatores da inadimplência da população estudada.

3.8 Limitações do método

Segundo Malhotra (2012), a amostragem por conveniência possui várias limitações, entre elas na autosseleção dos indivíduos entrevistados. Não representa uma população definível, e por esse motivo, não é possível a generalização dos resultados. Este método pode ser utilizado nas pesquisas exploratórias com a finalidade de gerar hipóteses.

Tendo em vista as características do assunto estudado, os respondentes podem ter omitido a real situação em que se encontram.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados os resultados obtidos com a aplicação da pesquisa, bem como as interpretações quanto à percepção da população respondente quanto aos principais fatores geradores da inadimplência no município de Mato Leitão.

O capítulo foi subdividido em duas partes: a primeira parte contemplará a análise do perfil dos respondentes e as questões que visam elucidar os levantamentos acerca do problema, bem como os objetivos do presente trabalho; e a segunda parte vem trazer à tona sugestões e ações a partir dos resultados obtidos com a aplicação do questionário.

4.1 Perfil dos respondentes e questões relacionadas ao problema e objetivos da pesquisa

Após a aplicação do questionário, os resultados obtidos foram tabulados e analisados nesta etapa da pesquisa.

Na Tabela 01, foi analisada a idade dos respondentes.

Tabela 01 – Idade dos respondentes

Idade	Resultado	Porcentagem
Até 20 anos	10	4,95
De 21 a 30 anos	69	34,16
De 31 a 40 anos	55	27,23
De 41 a 50 anos	40	19,8
De 51 a 60 anos	23	11,39
De 61 anos ou mais	5	2,47

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

O questionário teve 202 respondentes, destes 69 possuem idade entre 21 a 30 anos, que representaram 34,16% do total, seguidos pela faixa de 31 a 40 anos, com 27,23%. A menor participação foi da faixa etária acima de 61 anos, que representou 2,47% do total de respondentes.

Na Tabela 02, analisou-se a ocupação dos respondentes.

Tabela 02 – Ocupação dos respondentes

Ocupação	Resultado	Porcentagem
Funcionário de empresa privada	130	64,36
Funcionário Público	27	13,37
Autônomo/empresário	26	12,87
Aposentado	16	7,92
Estudante	13	6,44
Do lar	3	1,49
Não trabalha	0	0

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Observação: O número de observações é superior ao número de respondentes, sendo que uma questão permite mais respostas.

Das 215 respostas, 64,36% são funcionários de empresas privadas, seguidos pelos funcionários-públicos que representaram 13,37%. Autônomos e empresários representaram 12,87% do total. E todos os respondentes trabalham, visto que a opção “não trabalha” não teve nenhuma resposta.

A Tabela 03 apresenta o grau de escolaridade dos respondentes.

Tabela 03 – Grau de escolaridade dos respondentes

Grau de escolaridade	Resultado	Porcentagem
Ensino Fundamental Incompleto	12	5,94
Ensino Fundamental Completo	24	11,88
Ensino Médio Incompleto	24	11,88
Ensino Médio Completo	73	36,14
Ensino Superior Incompleto	34	16,83
Ensino Superior Completo	35	17,33

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Das 202 pessoas que responderam ao questionário, 36,14% possuem Ensino Médio completo, 17,33% possuem Ensino Superior completo e 5,94% possuem Ensino Fundamental incompleto.

A Tabela 04 representa o tipo de moradia dos respondentes.

Tabela 04 – Tipo de moradia dos respondentes

Tipo de moradia	Resultados	Porcentagem
Própria quitada	125	61,88
Própria financiada	50	24,75
Não residem em casa própria	27	13,37

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018

De acordo com os resultados apurados nesta questão, pode-se observar que 61,88% dos respondentes residem em moradia própria, quitada; 24,75% residem em moradia construída através de financiamentos e apenas 13,37% não possuem casa própria.

Analisando os resultados obtidos nesta questão, observa-se que existe, na população questionada, uma preocupação e uma busca pela casa própria, pois do total de respondentes, 86,63% residem em casa de sua propriedade, seja ela quitada ou financiada.

Na Tabela 05, serão representados os rendimentos individuais das pessoas que responderam ao questionário.

Tabela 05 – Rendimento individual dos respondentes

Renda Individual	Resultados	Porcentagem
Não possui rendimentos	5	2,48
Até dois salários mínimos (R\$ 1.908,00)	113	55,94
Acima de dois até quatro salários (R\$ 1.909,00 até R\$ 3.816,00)	52	25,74
Acima de quatro até seis salários (R\$ 3.817,00 até R\$ 5.724,00)	22	10,89
Acima de seis até oito salários (R\$ 5.725,00 até R\$ 7.632,00)	4	1,98
Mais de oito salários (Acima de R\$ 7.633,00)	6	2,97

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Analisando os resultados da Tabela 05, pode-se verificar que apenas cinco das pessoas que responderam ao questionário não possuem rendimentos, o que representa 2,48% do total de respondentes; com base no salário mínimo vigente de R\$ 954,00, observa-se que 55,94% recebem até dois salários mínimos, 25,74% dos respondentes recebem acima de dois até quatro salários e 15,84% recebem acima de quatro salários.

A Tabela 06 apresenta, segundo a opinião dos respondentes, o principal fator gerador da inadimplência.

Tabela 06 – Principal fator da inadimplência na opinião dos respondentes

Fator gerador da inadimplência	Resultados	Porcentagem
Falta de planejamento e educação financeira	129	63,86
Consumo exagerado	35	17,33
Desemprego/redução da renda	25	12,38
Alto endividamento	16	7,92
Outro fator/jeitinho brasileiro	1	0,50
Outro fator/pressão dos vendedores	1	0,50

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Observação: O número de observações é superior ao número de respondentes, sabendo-se que a questão permite mais de uma resposta.

Analisando os resultados obtidos ao se questionar a população quanto ao principal fator da inadimplência, percebe-se que dos 202 respondentes, 63,86% consideram a falta de planejamento e educação financeira como principais fatores geradores da inadimplência; seguidos pelo consumo exagerado com 17,33% e

desemprego/redução da renda com 12,38%, e por último, o alto endividamento com 7,92%.

Foram citados como outros fatores: o jeitinho brasileiro e a pressão dos vendedores, induzindo à compra por impulso.

Esses resultados confirmam e se coadunam com os levantamentos de ideias realizados no referencial teórico, em que autores como: Neto et al.(2014), Chaves (2015), Steiger e Braido (2016) citam a importância da Educação Financeira para administrar de forma consciente as finanças, desde a infância até a idade adulta. Também, nesse sentido, outros autores como: Santos (2014), Cherobim e Espejo (2011) expressam a importância do planejamento financeiro, a fim de obter maior eficácia na utilização das receitas das famílias, na construção de mais estabilidade financeira e econômica para conquistar qualidade de vida.

Na Tabela 07, são demonstrados os resultados da questão referente aos respondentes que já tiveram, ou não, seu nome negativado em função da inadimplência.

Tabela 07 – Respostas quanto à questão do nome negativado por inadimplência

Nome negativado pela inadimplência	Resultados	Porcentagem
Nunca	166	82,18
Uma vez	26	12,87
Mais de uma vez	10	4,95

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Analisando os resultados apresentados na questão quanto à negativação do nome, observa-se na população respondente uma preocupação com este fator, visto que das 202 pessoas que responderam ao questionário, 166 nunca tiveram seu nome negativado, número que representa 82,18% do total. E, apenas 10 pessoas tiveram seu nome negativado mais de uma vez.

Os resultados obtidos nesta questão são muito positivos se comparados à atual realidade do país, pois segundo dados do SPC Brasil e CNDL, houve um aumento de 700 mil novos nomes que passaram a integrar a lista de inadimplentes, no período de janeiro de 2016 a janeiro de 2017.

A Tabela 08 apresenta as respostas referentes ao perfil dos respondentes quanto aos gastos pessoais.

Tabela 08 – Perfil dos respondentes quanto aos gastos pessoais

Gastos pessoais	Resultados	Porcentagem
Controlado, gasta somente o que recebe	81	40,10
Muito controlado, guarda sobras em poupança/aplicação	77	38,12
Pouco controle, eventualmente gasta mais do que recebe	42	20,79
Sem controle, gasta mais do que recebe	2	0,99

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

De acordo com as respostas apresentadas nesta questão, observa-se um perfil de pessoas controladas e muito controladas quanto aos seus gastos, prevalecendo sobre as pessoas consumistas. Apenas duas pessoas responderam que não possuem controle e gastam mais do que recebem, enquanto 40,10% são controladas nas finanças e 38,12% são muito controladas, e até mesmo, conseguem guardar reservas em poupanças/aplicações.

Segundo Neto et al. (2014), alguns dos principais erros cometidos pelas pessoas em relação ao consumismo são: a falta de controle dos gastos através de orçamentos ou planilhas, que ajudaria a evitar as despesas desnecessárias, a falta do hábito de poupar para comprar à vista, as compras por impulso e os facilitadores de consumo como: compras parceladas sem juros, entre outros.

A Tabela 09 demonstra como as pessoas pagam seus excedentes ao gastarem mais do que recebem.

Tabela 09 – Como os respondentes pagam o excedente quando gastam mais do que recebem

Gastos excedentes	Resultados	Porcentagem
Não gasta mais que recebe	133	65,84
Recorre à família	30	14,85
Utiliza limite de cheque especial	15	7,43
Recorre a empréstimos/financiamentos	15	7,43
Fica devendo ou atrasa o pagamento	9	4,46

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Analisando as repostas obtidas, observa-se um perfil poupador predominante, pois 65,84% dos respondentes não gastam mais do que recebem, enquanto apenas 14,86% recorrem a limites de cheque especial ou empréstimos/financiamentos.

Na Tabela 10, serão apresentadas as respostas quanto à observância nas taxas de juros.

Tabela 10 – Perfil dos respondentes quanto à observância da taxa de juros em limites/empréstimos

Taxa de juros	Resultados	Porcentagem
Sempre observa as taxas	168	83,17
Eventualmente observa as taxas	17	8,42
Não observa as taxas	17	8,42

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Os resultados obtidos nesta questão também demonstram um perfil poupador, pois 83,17% sempre observam as taxas de juros e apenas 8,42% não observam.

Analisando os resultados apresentados nas duas últimas tabelas, é possível fazer uma relação com o que foi citado por Hoji (2014), quanto ao perfil das famílias poupadoras. Para o autor, a família poupadora gasta menos do que recebe, dificilmente efetua empréstimos e possui reservas para emergências.

A Tabela 11 apresenta os resultados obtidos quanto aos hábitos dos respondentes em relação às compras. Nesta questão, pode ser assinalada mais que uma opção das alternativas.

Tabela 11 – Hábitos dos respondentes em relação às compras

Hábitos em relação às compras	Resultados	Porcentagem
Compra somente o necessário, compara preços e paga à vista	133	65,84
Compra somente o necessário, porém opta por pagamentos parcelados	71	35,15
Eventualmente compra por impulso	37	18,32
Muitas vezes compra por impulso, não observa condições de parcelamento	5	2,48

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Observação: O número de observações é superior ao número de respondentes, uma vez que a questão permite mais respostas.

Analisando os resultados obtidos, observa-se que 65,84% compram somente o necessário, fazem comparação de preços e pagam à vista; 35,15% compram somente o necessário, porém optam por pagamentos parcelados. E apenas 2,48% compram por impulso, sem observar as condições de parcelamento.

A Tabela 12 apresenta os resultados quanto à questão das despesas domésticas, sendo questionado aos respondentes se estes contribuem com as despesas como alimentação, água/luz, aluguel.

Tabela 12 – Contribuição dos respondentes nas despesas domésticas

Contribuição nas despesas domésticas	Resultados	Porcentagem
Contribuo totalmente	149	73,76
Contribuo eventualmente	44	21,78
Não contribuo	9	4,46

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

A partir dos resultados obtidos, observa-se que a maioria dos respondentes contribui totalmente com as despesas domésticas, representando 73,76% do total. E, apenas 9 pessoas não contribuem, o que representa 4,46%.

Na Tabela 13, serão demonstrados os resultados da questão sobre a importância da educação financeira para os respondentes.

Tabela 13 – Importância da educação financeira para os respondentes

Importância da educação financeira	Resultados	Porcentagem
Muito importante	170	84,16%
Importante	30	14,85%
Pouco importante	2	0,99%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Ao questionar os respondentes quanto à importância da educação financeira, definiu-se esta como sendo um conjunto de conhecimentos e informações tendo a finalidade de orientar as pessoas para melhor administrarem seu dinheiro. Observando as respostas apresentadas na tabela, verifica-se que a população, em sua maioria (84,16%), considera muito importante o cuidado com as finanças, sendo que apenas 2 respondentes não reconhecem esta importância.

Os resultados quanto ao nível de conhecimento sobre finanças pessoais serão apresentados na Tabela 14.

Tabela 14 – Nível de conhecimento dos respondentes sobre finanças pessoais

Nível de conhecimento sobre finanças pessoais	Resultados	Porcentagem
Muito conhecimento	35	17,33%
Médio conhecimento	131	64,85%
Pouco conhecimento	36	17,82%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Das 202 pessoas respondentes, observa-se, de acordo com os resultados, que 167 possuem médio ou pouco conhecimento sobre finanças pessoais, representando 82,67% do total. E, apenas 17,33%, possuem muito conhecimento sobre o assunto.

Segundo Neto et al. (2014), não existem dúvidas quanto à importância de se ter boas práticas de finanças pessoais. Para isso, uma das ações sugeridas pelo autor é o controle das despesas através de um orçamento doméstico, que auxilia a evitar despesas desnecessárias e entender os hábitos de consumo. Com o intuito de instigar as pessoas quanto à importância das finanças pessoais e a utilização do orçamento, foi elaborada uma pergunta questionando se os respondentes fazem o controle mensal de suas receitas e despesas. Nesse sentido, a Tabela 15 apresentará os resultados desta questão.

Tabela 15 – Controle mensal das receitas e despesas realizado pelos respondentes

Controle mensal de receitas e despesas	Resultados	Porcentagem
Sim, através de planilha eletrônica	18	8,91%
Sim, através de caderno/agenda	103	50,99%
Sim, por meio de aplicativo de celular	8	3,96%
Não faz controle	73	36,14%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Os resultados apresentados demonstram que mais da metade dos 202 respondentes, já fazem o uso de algum tipo de controle de receitas e despesas, representando 63,86% do total.

E os resultados da questão, quanto à preocupação e à preparação dos respondentes para a aposentadoria, serão apresentados na Tabela 16.

Tabela 16 – Resultados da questão referente à preparação dos respondentes para a aposentadoria

Preocupação e preparação para a aposentadoria	Resultados	Porcentagem
Preocupo-me muito e já possuo uma previdência privada ou reservas para esse fim	31	15,35%
Preocupo-me reservo uma parte da minha renda para aposentadoria	42	20,79%
Preocupo-me um pouco, porém não estou guardando dinheiro com esse objetivo	83	41,09%
Não estou preocupando-me com a aposentadoria no momento	46	22,77%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Das 202 pessoas respondentes, apenas 73 possuem previdência privada ou guardam reservas para a aposentadoria, representando 36,14% do total. E, 41,09% das pessoas preocupam-se, porém não guardam dinheiro para esse momento a ser vivido.

Na atual conjuntura econômica, o baixo índice de pessoas que estão se preparando para a aposentadoria através de formas alternativas, pode ser um fator preocupante, visto que não sabemos por quanto tempo a previdência social poderá comportar o pagamento dos benefícios.

4.1.1 Tabelas cruzadas

As Tabelas 17, 18 e 19 apresentarão a opinião dos respondentes quanto aos principais fatores geradores de inadimplência. Os resultados serão cruzados com questões do perfil.

Tabela 17 – Cruzamento da faixa etária com os principais fatores geradores de inadimplência na opinião dos respondentes

Faixa etária	Alto Endividamento	Desemprego/redução de renda	Consumo exagerado	Falta de planej. e educ. financeira	Outros	Total geral
Até 20 anos		10,00%	20,00%	70,00%	10,00%	10
De 21 a 30 anos	7,25%	8,70%	24,64%	63,77%		69
De 31 a 40 anos	9,09%	20,00%	10,91%	58,18%	10,00%	55
De 41 a 50 anos	2,50%	15,00%	15,00%	70,00%		40
De 51 a 60 anos	17,39%	4,35%	13,04%	65,22%		23
De 61 anos ou mais	20,00%		20,00%	60,00%		5
Total Geral	7,92%	12,38%	17,33%	63,86%	0,99%	202

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Observação: O número de observações é superior ao número de respondentes, pois a questão permite mais de uma resposta.

Analisando os resultados obtidos a partir da tabela cruzada, verifica-se que a falta de planejamento e educação financeira foi considerada o principal fator gerador da inadimplência em todas as faixas etárias. Sendo que, esta representou 70% das respostas para as faixas etárias de até 20 anos e de 41 a 50 anos.

Tabela 18 – Cruzamento da renda individual com os principais fatores geradores de inadimplência na opinião dos respondentes

Renda Individual	Alto Endividamento	Desemprego redução da renda	Consumo exagerado	Falta de planej. e educ. financeira	Outros	Total geral
Não possui rendimentos			20,00%	80,00%		5
Até dois salários mínimos (R\$ 1.908,00)	7,96%	14,16%	21,24%	60,18%		113
Acima de dois até quatro salários (R\$ 1.909,00 até R\$ 3.816,00)	3,85%	11,54%	13,46%	69,23%	3,85%	52
Acima de quatro até seis salários (R\$ 3.817,00 até R\$ 5.724,00)	18,18%	9,09%	13,64%	59,09%		22
Acima de seis até oito salários (R\$ 5.725,00 até R\$ 7.632,00)	25,00%			75,00%		4
Mais de oito salários (Acima de R\$ 7.633,00)		16,67%		83,33%		6
Total Geral	7,92%	12,38%	17,33%	63,86%	0,99%	202

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Observação: O número de observações é superior ao número de respondentes, uma vez que uma questão permite mais do que uma resposta.

A partir do cruzamento das informações de renda x fatores geradores de inadimplência, observa-se que, novamente, a falta de planejamento e de educação financeira predomina para todas as faixas de renda. E sendo assim, 83,33% das respostas das pessoas que recebem mais de 8 salários mínimos, referem-se a este fator.

Tabela 19 – Cruzamento da ocupação com os principais fatores geradores da inadimplência na opinião dos respondentes

Ocupação	Alto Endividamento	Desemprego/redução de renda	Consumo exagerado	Falta de planej.e educ. financeira	Outros	Total geral
Funcionário de empresa privada	5,38%	13,08%	16,15%	60,77%		130
Funcionário Público	18,52%	11,11%	25,93%	40,74%		27
Autônomo/empresário	3,85%	15,38%	3,85%	61,54%	7,69%	26
Aposentado	18,75%	6,25%	25,00%	50,00%		16
Estudante			15,38%	84,62%		13
Do lar				100,00%		3
Total geral	7,92%	12,38%	17,33%	63,86%	0,99%	202

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Observação: O número de observações é superior ao número de respondentes, porque uma questão permite mais do que uma resposta.

Analisando os resultados da Tabela 19, observa-se que para todas as ocupações, o fator gerador da inadimplência mais citado foi a falta de planejamento e educação financeira. Já, a principal ocupação é a de funcionários de empresas privadas, destes 60,77% e que também consideram a maior causa de inadimplência como sendo a falta de planejamento e educação financeira.

As próximas tabelas apresentarão os resultados dos cruzamentos de algumas questões gerais do questionário.

Tabela 20 – Cruzamento do grau de escolaridade com conhecimento sobre finanças pessoais

Grau de escolaridade	Muito conhecimento	Médio conhecimento	Pouco conhecimento	Total geral
Ensino Fundamental Incompleto	41,67%	58,33%		12
Ensino Fundamental Completo	8,33%	83,33%	8,33%	24
Ensino Médio Incompleto	29,17%	50,00%	20,83%	24
Ensino Médio Completo	21,92%	65,75%	12,33%	73
Ensino Superior Incompleto	11,76%	70,59%	17,65%	34
Ensino Superior Completo	2,86%	57,14%	40,00%	35
Total Geral	17,33%	64,85%	17,82%	202

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Observa-se, a partir do cruzamento dos dados, que o conhecimento sobre finanças pessoais não está diretamente ligado ao grau de escolaridade, pois dos 24 respondentes com Ensino Fundamental completo, 83,33% possuem médio conhecimento, enquanto 40% dos respondentes com Ensino Superior completo possuem pouco conhecimento.

Tabela 21 – Cruzamento da questão sobre a negatização do nome do respondente com os rendimentos

Nome negativado	Não possui rendimentos	Até dois salários mínimos (R\$ 1.908,00)	Acima de dois até quatro salários (R\$ 1.909,00 até R\$ 3.816,00)	Acima de quatro até seis salários (R\$ 3.817,00 até R\$ 5.724,00)	Acima de seis até oito salários (R\$ 5.725,00 até R\$ 7.632,00)	Mais de oito salários (Acima de R\$ 7.633,00)	Total geral
Sim, mais de uma vez		50,00%	40,00%	10,00%			10
Sim, uma vez	3,85%	65,38%	23,08%	3,85%		3,85%	26
Nunca teve o nome negativado	2,41%	54,82%	25,30%	12,05%	2,41%	3,01%	166
Total Geral	2,48%	55,94%	25,74%	10,89%	1,98%	2,97%	202

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

Analisando o resultado do cruzamento de pessoas com rendimentos restritivos, observa-se que 50% dos respondentes, que já tiveram seu nome negativado mais de uma vez, recebem até dois salários mínimos. E, 65,38% dos que tiveram a negatização uma única vez, também estão na mesma faixa. A partir desse resultado, pode-se concluir que o nível de renda é um fator que influencia na falta de pagamento das dívidas.

Tabela 22 – Cruzamento do grau de escolaridade com o controle das receitas e gastos mensais

Grau de escolaridade	Planilha eletrônica	Caderno/agenda	Aplicativo de celular	Não faz controle	Total geral
Ensino Fundamental Incompleto		75,00%		25,00%	12
Ensino Fundamental Completo	4,17%	58,33%		37,50%	24
Ensino Médio Incompleto		58,33%	4,17%	37,50%	24
Ensino Médio Completo	5,48%	57,53%	4,11%	32,88%	73
Ensino Superior Incompleto	17,65%	26,47%	11,76%	44,12%	34
Ensino Superior Completo	20,00%	42,86%		37,14%	35
Total Geral	8,91%	50,99%	3,96%	36,14%	202

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa realizada em 2018.

A importância do orçamento, como forma de controle das receitas e despesas, foi citada diversas vezes pelos autores no referencial teórico. Observa-se que a maioria dos respondentes, que faz algum tipo de controle, possui grau de escolaridade até Ensino Médio completo, enquanto que o maior percentual de respondentes, que não faz controle, possui Ensino Superior incompleto. Estes representam 44,12% dos que não se preocupam em saber melhor sobre os valores de suas receitas e despesas, isto é, do equilíbrio de suas finanças.

Na próxima etapa do trabalho, serão sugeridas algumas ações voltadas aos assuntos tratados na monografia, relacionadas aos resultados obtidos com a aplicação do questionário, através do qual se chega à conclusão de que os respondentes consideram, em sua maioria, a educação financeira de grande importância, embora possuam médio ou pouco conhecimento sobre finanças pessoais.

4.2 Sugestões a partir dos resultados

Utilizando-se os resultados da pesquisa realizada, sugere-se:

- Que a educação financeira seja abordada nas escolas desde o Ensino Fundamental, de forma simples e compreensível, para as crianças e adolescentes, mas com o objetivo de formar adultos mais responsáveis e preocupados com a sua qualidade de vida no futuro, produto de suas ações referentes às suas finanças no tempo presente.

- Que sejam realizadas palestras e cursos sobre finanças pessoais, com o intuito de diminuir a inadimplência e estimular nas pessoas o hábito de poupar para possíveis emergências, através do controle e consumo consciente, análise dos parcelamentos, entre outros. Enfim, motivar ações que levem as pessoas a economizar recursos que podem ser muito úteis e oportunos em outros momentos ao longo do tempo.

Outra sugestão é a realização de palestras voltadas à conscientização das pessoas quanto à necessidade de se preparar para os anos vindouros, para poder

usufruir a vida também na velhice com saúde financeira, encontrando formas de acumular reservas para a aposentadoria, como por exemplo, a previdência privada.

Sugere-se que as instituições financeiras promovam programas voltados à educação financeira como, por exemplo: o programa desenvolvido pelo Sicredi, intitulado “União Faz a Vida”, que tem como objetivo trazer às crianças noções de cooperativismo e cidadania. Um dos projetos desenvolvidos é “Aprendendo a usar o Dim Dim”, com objetivo de ensinar as crianças a utilizarem o dinheiro de forma consciente e desenvolverem conhecimentos sobre o Sistema Monetário.

É sugerida ainda, uma ação global na mídia dos assuntos voltados à temática, com objetivo de atingir um público maior em função do acesso aos meios de comunicação, como: rádio, televisão, jornais, sites, entre outros.

Também, se tem como sugestão, que as Universidades possam promover Projetos de Extensão levando conhecimentos aos alunos do Ensino Fundamental e Médio, como por exemplo: o Projeto de Extensão desenvolvido pela UNIVATES intitulado “Educação Empreendedora e Financeira”. Neste trabalho, o objetivo é despertar a conscientização sobre o papel da educação financeira nos alunos do Ensino Médio das Escolas do Vale do Taquari, desenvolvendo o espírito empreendedor e a capacidade de gestão financeira pessoal, através da realização de oficinas de empreendedorismo e finanças pessoais.

5 CONCLUSÃO

No atual momento socioeconômico, questões como: inadimplência, endividamento, consumo exagerado, falta de planejamento e organização dos recursos econômicos e financeiros estão muito presentes na vida das pessoas. E, conseqüentemente, temas como: educação financeira e finanças pessoais devem estar cada vez mais presentes nos levantamentos de ideias, análises e discussões realizadas dia-a-dia pelas pessoas que convivem em meio aos fatores financeiros e econômicos. Observa-se, que estes determinam a qualidade de vida, as relações entre os indivíduos no que tange à economia de uma região. Neste sentido, o presente Trabalho de Conclusão teve como objetivo geral analisar os principais fatores geradores de inadimplência da população de Mato Leitão.

E tendo como foco, este objetivo central, foram consultados diversos autores para elaboração do referencial teórico. Em seguida, foi construído o questionário e aplicado a 202 respondentes, residentes no município de referência. Sendo que, a partir dos resultados foi identificado o perfil dos respondentes, e ainda, relacionadas opiniões referentes aos objetivos específicos do trabalho.

O primeiro objetivo específico era identificar os principais fatores geradores de inadimplência, a partir dos resultados obtidos. Verificou-se que os principais fatores são: a falta de planejamento e educação financeira com 63,86%, seguido pelo consumo exagerado com 17,33%, desemprego e redução da renda com 12,38% e o alto endividamento com 7,92%. Foram citados também outros fatores como: “jeitinho brasileiro” e pressão dos vendedores.

O segundo objetivo específico era verificar, de acordo com o perfil dos respondentes, os determinantes da inadimplência. A idade com maior público respondente foi de 21 a 30 anos, com 34,16%. Quanto à profissão, 64,36% são funcionários de empresas privadas, sendo que 61,88% dos respondentes residem em casa própria quitada. E, a maioria da população, representada por 55,94%, possui renda de até dois salários mínimos.

Após a realização de tabelas cruzadas com o perfil dos respondentes para identificar, na opinião deles, qual é o principal fator gerador de inadimplência, observou-se que o principal fator apontado, em todas as tabelas, realmente, foi a falta de planejamento e educação financeira.

O terceiro objetivo específico era identificar se a educação financeira pode ser um fator no auxílio da redução da inadimplência. Foi questionado aos respondentes qual o grau de importância que dão à educação financeira. E, dos 202 respondentes, 84,16% consideram esta muito importante. Com o mesmo intuito foi questionado a respeito de qual o grau de conhecimento sobre finanças pessoais, sendo que 64,85% possuem médio conhecimento e 63,86% dos respondentes já fazem algum tipo orçamento para controle das receitas e despesas.

O quarto objetivo específico era sugerir ações de melhoria a partir dos resultados. Após a análise e interpretação dos resultados obtidos, foram sugeridas ações voltadas à educação financeira desde a infância e adolescência, bem como palestras e cursos relacionados a finanças pessoais, formas de guardar reservas para o tempo futuro. Também foi sugerida uma abordagem maior pela mídia, instituições financeiras e universidades sobre os assuntos.

Portanto, este estudo pode ser muito útil e oportuno a todos, pois a saúde financeira implica diretamente na qualidade de vida e nas relações que regem a economia de uma região. Sugere-se, para levantamentos, análises e estudos futuros, reaplicar esta pesquisa, em um intervalo de dois anos, estendendo-a a outros municípios, bem como, abordar questões voltadas às taxas de juros aplicadas pelas instituições financeiras, em meio às tendências do mercado determinado pelo atual momento financeiro e socioeconômico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. F. C. et al. A inadimplência nas instituições particulares de ensino na cidade de Franca. **FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão**, v. 11, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/facefpesquisa/article/view/112/176>>. Acesso em: 15 set. 2017.

ANNIBAL, Clodoaldo A. **Trabalhos para discussão**. Inadimplência do setor bancário brasileiro: uma avaliação de suas medidas. 2009. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps192.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Comitê de Política Monetária – COPOM**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/copom/a-hist.asp>>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. **O Programa de Educação Financeira do Banco Central**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/bcuniversidade/introducao/PEF.asp>>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. **Projeções para a evolução do PIB em 2017 e 2018**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2017/09/ri201709b1p.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. **Relatório de estabilidade financeira – abril 2017**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?relestab201704>>. Acesso em: 17 set. 2017.

BARBOSA FILHO, Fernando D. H. **A crise econômica de 2014/2017**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142017000100051&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 set. 2017.

BEUREN, Ilse M. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CHAVES, Marcelo S. **Educação financeira e inadimplência no Brasil**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), 2015. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=CHAVES%2C+Marcelo+S.%3A+%22Educa%C3%A7%C3%A3o+financeira+e+inadimpl%C3%Aancia+no+Brasil%22.+&btnG=&lr=>>>. Acesso em: 17 set. 2017.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

CHEROBIM, Ana Paula M. S; ESPEJO, Márcia M. dos S. B. **Finanças pessoais conhecer para enriquecer!** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – CONEF. **Educação financeira nas escolas: ensino fundamental**. Brasília: CONEF, 2014. E-book. Disponível em: <http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/29141720-59ac-482a-af7f-bceab3afdd13/escolas-modulo-6_educacao-financeira-professores_extensao.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 03 out. 2017.

DAROS, Mariane; PINTO, Nelson G. M. Inadimplência no Brasil: uma análise das evidências empíricas. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 7, 2017. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/1601>>. Acesso em: 10 set. 2017.

DOMINGOS, Reinaldo. **Livre-se das dívidas: como equilibrar as contas e sair da inadimplência**. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2011.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro – produtos e serviços**. 15. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

G1. Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-ja-registrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml>>. Acesso em: 24 set. 2017.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HOJI, Masakasu. **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014. E-book disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522492381/cfi/68!/4/4@0.00:65.9>>. Acesso em: 03 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=resultados>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. E-book. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788540700628/cfi/0!4/4@0.00:0.00>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MARTINS, Gilberto de A.; THEÓPHILO, Carlos R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTAR, Fauze Najib. **Administração de varejo**. Rio de Janeiro: Elseiver, 2011, 6. tiragem.

NETO, Alfredo M. et al. **Educação financeira**. E-book. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. Disponível em: <<http://univates.bv3.digitalpages.com.br>>. Acesso em: 17 set. 2017.

NIYAMA, Jorge K.; GOMES, Amaro L. O. **Contabilidade de instituições financeiras**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ORTOLANI, Edna Mendes. **Operações de crédito no mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 2000.

PARANHOS, L. S.; RIBEIRO, J. L. D. **Interferência do ambiente macroeconômico na inadimplência de pessoas físicas no Brasil**. 2014. 26 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/103745/000937319.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 set. 2017.

REVISTA EXAME. Quase 60 milhões estavam inadimplentes em julho, diz SPC. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/quase-60-milhoes-estavam-inadimplentes-em-julho-diz-spc/>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos de crédito bancário**. 6. ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SANTOS, Jose O. dos. **Análise de crédito: empresas, pessoas físicas, varejo, agronegócio e pecuária**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. E-book disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496099/cfi/4!4/4@0.00:8.69>>. Acesso em: 03 out. 2017.

_____. **Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático**. São Paulo: Atlas, 2014.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. Indicadores econômicos SPC Brasil e CNDL. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=Indicadores+Econômicos+SPC+Brasil+e+CNDL+janeiro+2017&oq=Indicadores+Econômicos+SPC+Brasil+e+CNDL+janeiro+2017>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

_____. Indicadores econômicos SPC Brasil e CNDL. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/3530>>. Acesso em: 13 maio 2018.

SOUZA, Cíntia de; OLIVEIRA NETO, Odilon J. de; SILVA, Jussara G. da. Pesquisa sobre a inadimplência das pessoas físicas no Brasil no período (2003-2015). **Revista Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças**, v. 4, 2016. Disponível em: <<http://ojs.fsg.br/index.php/rccgf/article/view/1932/1917>>. Acesso em: 21 set. 2017.

STEIGER, Gilsomaro A.; BRAIDO, Gabriel M. O conhecimento sobre finanças pessoais dos estudantes de ensino médio das escolas públicas da comarca de Arroio do Meio/RS. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 8, 2016. Disponível em <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/viewFile/1772/1706>>. Acesso em: 08 set. 2017.

TOLOTTI, Márcia. **As armadilhas do consumo**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2007.

VEIGA, Humberto. **Tranquilidade financeira: saiba como investir no seu futuro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos colaboradores

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COLABORADORES

Obrigado pela sua participação. Todos os dados coletados serão utilizados exclusivamente para a pesquisa em questão e trabalhados de forma a proteger o seu anonimato.

1) Na sua opinião, qual é o principal fator gerador da inadimplência?

- ☐ Alto endividamento
- ☐ Desemprego/redução da renda
- ☐ Consumo exagerado
- ☐ Falta de planejamento e educação financeira
- ☐ Outro fator. Qual? _____

2) Você já teve seu nome negativado em função de inadimplência?

- ☐ Sim, mais de uma vez.
- ☐ Sim, uma vez.
- ☐ Nunca tive meu nome negativado.

3) Quanto aos gastos pessoais, qual dos perfis abaixo é mais parecido com o seu?

- ☐ Não possuo controle e gasto mais do que recebo.
- ☐ Possuo um pouco de controle, eventualmente gasto mais do que recebo.
- ☐ Sou controlado e gasto somente o necessário.
- ☐ Sou muito controlado, gasto o necessário e guardo as sobras em poupança/aplicação.

4) Quando você gasta mais do que recebe, como faz para pagar o excedente?

- ☐ Recorro à família.
- ☐ Utilizo limite do cheque especial.
- ☐ Recorro a empréstimos financiamentos.
- ☐ Não gasto mais do que recebo.
- ☐ Fico devendo ou atraso o pagamento.

5) Quando recorre ao limite de cheque especial, empréstimos ou financiamentos, você:

- ☐ Sempre observa as taxas
- ☐ Eventualmente observa as taxas
- ☐ Não observa as taxas

6) Como são seus hábitos em relação às compras (pode ser assinalada mais de uma opção)?

- ☐ Compro somente o necessário, comparo preços e pago à vista.
- ☐ Compro somente o necessário, porém opto por pagamento parcelado.
- ☐ Eventualmente compro por impulso.
- ☐ Muitas vezes compro por impulso e não observo as condições e taxas dos parcelamentos

7) Você contribui com as despesas domésticas como, por exemplo, alimentação, água/luz, aluguel?

- ☐ Contribuo totalmente
- ☐ Contribuo eventualmente
- ☐ Não contribuo

8) A educação financeira pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos e informações que ajudam você a administrar melhor o seu dinheiro. Na sua opinião ela é:

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Pouco importante

9) Qual é o seu nível de conhecimento sobre finanças pessoais?

- ☐ Pouco conhecimento
- ☐ Regular conhecimento
- ☐ Muito conhecimento

10) Você faz um controle mensal das suas receitas e despesas?

- ☐ Sim, através de planilha eletrônica
- ☐ Sim, através de caderno/agenda
- ☐ Sim, por meio de aplicativo de celular
- ☐ Não faço controle

11) Você está se preparando para sua aposentadoria?

- ☐ Preocupo-me muito, já possuo um previdência privada ou reservas para esse fim.
- ☐ Preocupo-me e reservo uma parte da minha renda para aposentadoria.
- ☐ Preocupo-me um pouco, porém não estou guardando dinheiro com esse objetivo.
- ☐ Não estou me preocupando com a aposentadoria no momento.

PERFIL DO RESPONDENTE

12) Qual é a sua idade

- ☐ Até 20 anos
- ☐ De 21 a 30 anos
- ☐ De 31 a 40 anos
- ☐ De 41 a 50 anos
- ☐ De 51 a 60 anos
- ☐ De 61 anos ou mais

13) Qual é a sua ocupação?

- ☐ Do lar
- ☐ Estudante
- ☐ Aposentado
- ☐ Autônomo/empresário
- ☐ Funcionário de empresa privada
- ☐ Funcionário público
- ☐ Não trabalho

14) Qual é o seu grau de escolaridade?

- ☐ Ensino Fundamental Incompleto
- ☐ Ensino Fundamental Completo
- ☐ Ensino Médio Incompleto
- ☐ Ensino Médio Completo
- ☐ Ensino Superior Incompleto
- ☐ Ensino Superior Completo

15) Você reside em casa própria?

- ☐ Sim, quitada
- ☐ Sim, financiada
- ☐ Não resido em casa própria

16) Qual é a sua renda individual?

- ☐ Não tenho rendimentos
- ☐ Até dois salários mínimos (até R\$ 1.908,00)
- ☐ Acima de dois até quatro salários (de R\$ 1.909,00 até R\$ 3.816,00)
- ☐ Acima de quatro até seis salários (de R\$ 3.817,00 até R\$ 5.724,00)
- ☐ Acima de seis até oito salários (de R\$ 5.725,00 até R\$ 7.632,00)
- ☐ Mais de oito salários (acima de R\$ 7.633,00)



UNIVATES

R. Avelino Tallini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95900.000 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09